



Universidade de Brasília - UnB
Instituto de Relações Internacionais - IREL

IGOR ALBUQUERQUE DAMIÃO CORRÊA DA COSTA

**A VULNERABILIDADE DA ECONOMIA DA NIGÉRIA:
Petróleo, crescimento econômico e subdesenvolvimento humano**

Brasília - DF

2013

Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais

IGOR ALBUQUERQUE DAMIÃO CORRÊA DA COSTA

**A VULNERABILIDADE DA ECONOMIA DA NIGÉRIA:
Petróleo, crescimento econômico e subdesenvolvimento humano**

Monografia apresentada para
conclusão do curso de Relações
Internacionais da Universidade de
Brasília, sob a orientação do
Professor Dr. Pio Penna Filho.

Brasília - DF

2013

Costa, Igor Albuquerque Damião Corrêa da.

A vulnerabilidade da economia da Nigéria: Petróleo, crescimento econômico e subdesenvolvimento humano / Igor Albuquerque Damião Corrêa da Costa. – Brasília, 2013.

64. f. ; il.

Monografia (bacharelado) – Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais, 2013.

Orientador: Prof. Dr. Pio Penna Filho, Instituto de Relações Internacionais.

1. Nigéria. 2. Petróleo. 3. “Maldição do petróleo”. 4. Crescimento econômico. 5. Desenvolvimento humano

**A VULNERABILIDADE DA ECONOMIA DA NIGÉRIA:
Petróleo, crescimento econômico e subdesenvolvimento humano**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova a Monografia do Curso de Relações Internacionais da Universidade de Brasília do aluno

IGOR ALBUQUERQUE DAMIÃO CORRÊA DA COSTA

Prof. Dr. Pio Penna Filho
Universidade de Brasília
Orientador

Prof. Dr. Eiiti Sato
Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais
Avaliador

Prof. Dr. Aninho Irachande
Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política
Avaliador

Brasília, 17 de dezembro de 2013

A meu avô Sebastião Corrêa Côrtes, minha inspiração intelectual eterna, e a minha avó Maria Cortês Berquó, a pessoa mais simples, bondosa e caridosa que já conheci na vida. A saudade não cabe em mim!

Agradecimentos

Primeiramente gostaria de agradecer a minha mãe Cynthia, por todo apoio prestado durante a confecção desta monografia. Sou imensamente grato por todos os livros alugados na biblioteca da Câmara dos Deputados e por todos os materiais impressos, que não foram poucos. Agradeço também a meu pai Diomar, por se preocupar com o meu trabalho e por se oferecer para revisá-lo. Sem vocês dois nada disso seria possível! Muito obrigado por acreditarem em meu potencial e investirem em meu futuro.

Faço um agradecimento especial ao meu Orientador Prof. Pio Penna, cuja disciplina Relações Internacionais da África me despertou um interesse antes desconhecido. Muito obrigado pelo apoio, dicas, orientação, materiais indicados e correções.

Não posso deixar de agradecer meus amigos, com os quais compartilhei minhas angústias e sofrimentos ao longo da elaboração deste trabalho. Em especial, agradeço ao Pedro Paulo, grande amigo cujo interesse pelo meu tema de pesquisa me fez acreditar que minha monografia de fato era interessante, dando-me maiores forças para concluí-la.

Por fim agradeço a todos os professores, funcionários e alunos que compõem o Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Muito obrigado por terem feito parte dos melhores quatro anos de minha vida.

Resumo:

Atualmente se observa o papel crescente da África como fornecedora mundial de energia devido às vastas reservas de petróleo e gás natural localizadas no continente. Por conta dos altos preços do petróleo nos anos 2000, os países petrolíferos africanos estão vivenciando acelerado crescimento econômico em termos de PIB. No entanto, tudo indica que as receitas do petróleo não estão sendo devidamente revertidas em benefícios em prol do desenvolvimento humano da população e tampouco na diversificação dos setores produtivos da economia, fatores que os deixam esses países vulneráveis em caso de queda nos preços do petróleo. Neste sentido, analisa-se o estudo de caso da Nigéria, relacionando-o à tese da “maldição do petróleo” e a abordagens recentes sobre crescimento econômico e desenvolvimento humano. A Nigéria é o maior produtor africano de petróleo e gás natural e segundo país mais rico do continente, figurando entre os Estados que mais crescem no mundo. Todavia, a presente situação econômica e social do país é um exemplo de que o crescimento econômico favorecido por petrodólares não têm gerado desenvolvimento humano equivalente. Verifica-se que, paradoxalmente ao crescimento econômico, tem-se o aumento da pobreza, desemprego e desigualdades sociais.

Palavras-chave: Nigéria, petróleo, “maldição do petróleo”, crescimento econômico, desenvolvimento humano.

Abstract:

It is currently noted the increasing role of Africa as a world energy supplier due to the vast reserves of oil and natural gas located in the continent. Because of the high oil prices in the 2000s, African oil countries are experiencing rapid economic growth in terms of GDP. However, everything indicates that oil revenues are not being properly reversed in benefits in favor of the human development of their society nor in the diversification of the productive sectors of the economy, factors that leave these countries vulnerable in case of a drop in oil prices. In this sense, we analyze the case study of Nigeria, relating its situation to the "resource curse" thesis and economic growth and human development recent approaches. Nigeria is Africa's largest oil and gas producer and the second richest country in Africa, ranking among the fastest growing states in the world. However, the present economic and social situation of the country is an example that economic growth favored by petrodollars has not generated equivalent human development. It is found that, paradoxically to economic growth, poverty, unemployment and social inequalities are increasing.

Key words: Nigeria, oil, resource curse, economic growth, human development

Sumário

Introdução:	10
1. Referencial teórico: “Maldição do petróleo”, crescimento econômico e desenvolvimento humano	13
1.1. Impactos Macroeconômicos associados à denominada “Doença Holandesa”	16
1.2. Fraca diversificação e ausência de vínculos produtivos entre setores da economia..	17
1.3. Assimetrias de coleta e distribuição de receitas do petróleo e baixa tributação	18
1.4. Do baixo desenvolvimento humano ao conflito	20
2. A Nigéria: Política, sociedade e economia	21
2.1. Desintegração social, independência, golpes militares e guerra civil.....	24
2.2. O início da “maldição do petróleo”: doença holandesa, corrupção e crise.....	27
2.3. Programa de Ajuste Estrutural e a piora da qualidade de vida na gestão Babangida	29
2.4. General Abacha: autoritarismo, corrupção e insurreições no Delta do Níger	31
2.5. Democratização: crescimento econômico, subdesenvolvimento humano e revoltas sociais.	32
2.6. Síntese do papel do petróleo na economia, política e sociedade na Nigéria.....	35
3. Crescimento econômico e o Desenvolvimento humano na Nigéria entre 2003-2012	38
3.1. Os altos preços do petróleo e crescimento do PIB nigeriano na década de 2000.....	38
3.2. A má administração governamental dos petrodólares e a não reversão do crescimento econômico em desenvolvimento humano na Nigéria.....	45
Conclusão: O futuro do petróleo e a vulnerabilidade da economia nigeriana	57
Referências bibliográficas:	61

Introdução:

É crescente o papel da África como fornecedora mundial de energia devido às vastas reservas de petróleo e gás natural localizadas no continente. O aumento da demanda mundial por petróleo e gás e a escolha da África como nova fornecedora tem culminado em um novo *boom* do petróleo em países petrolíferos africanos. Petrodólares estão fluindo para os cofres públicos desses países numa quantidade expressiva, acelerando o crescimento econômico e chamando a atenção de muitos economistas e agências de risco (DEMACHI, 2012).

Entretanto, o crescimento econômico desses países aparenta ser insuficiente para a melhoria da qualidade de vida da sociedade, vez que dados estatísticos apontam viver a maioria da população desses países abaixo da linha da pobreza (DEMACHI, 2012). Isso indica que as riquezas geradas pelo petróleo estão concentradas em poucos indivíduos, enquanto a sociedade agoniza com baixos índices de desenvolvimento humano. Seria isto um indício de que estes países estão sofrendo da “maldição do petróleo” (AUTY, 1993)? Estariam certos os economistas e agências de risco que estão enaltecendo o futuro desses países africanos apenas pela observação de suas taxas de crescimento do PIB? Em que medida o crescimento econômico motivado pela alta do preço do petróleo é revertido em avanços no desenvolvimento humano da sociedade? E se os preços caírem, como a economia e sociedade de tais países reagirão?

O presente trabalho pretende analisar a relação entre a dependência econômica em torno da extração do petróleo, crescimento econômico e desenvolvimento humano, tendo como base o caso da Nigéria. Acredita-se que o crescimento do PIB nigeriano é insustentável a longo prazo, tendo em vista que a má administração governamental das receitas do petróleo não favorece a diversificação da economia e tampouco as reverte em benefícios em prol do desenvolvimento humano da sociedade. Por isso, o futuro desse país torna-se incerto caso os preços do petróleo entrem em queda.

A situação econômica e social da Nigéria serve como modelo para se entender o que vem acontecendo em diversos outros países petrolíferos da África. O país é o segundo mais rico da África e figura entre os Estados que mais cresceram economicamente no mundo durante a década de 2000. O acelerado crescimento é amplamente devido à exploração de petróleo. A Nigéria é o 12º maior fornecedor mundial de petróleo e gás, com uma exploração média diária de 2,27 milhões de barris de petróleo e extração anual de 42 bilhões m³ de gás natural. (NNPC, 2012; OPEP, 2013). Tais tendências fizeram com que o país fosse introduzido por economistas nos grupos “*Next Eleven*” (GOLDMAN SACHS, 2007), “*Global*

Growth Generators” (BUITER, 2011) e “MINT” (O’NEILL, 2013), como uma promessa econômica mundial para os próximos anos, oferecendo, portanto, oportunidades lucrativas para investimentos externos.

O desenvolvimento humano da sociedade nigeriana, no entanto, apresenta-se calamitoso. Paradoxalmente ao acelerado crescimento econômico, indicadores sociais apontam o aumento da pobreza, das desigualdades sociais e do desemprego (NBS, 2012) Ao que tudo indica, a riqueza gerada pelo petróleo não está sendo distribuída e gasta pelo governo de forma correta e a sociedade não parece satisfeita com esse fato. Assim, crescem no país conflitos sociais, como os proferidos pelos grupos armados MEND e *Boko Haram* e os protestos populares do *Occupy Nigeria* (AIYEDOGBOM; OHWOFASA, 2012; WATTS, 2008; ROGERS, 2012; BUSARI, 2012).

A fim de responder aos problemas levantados e comprovar a hipótese de que o crescimento econômico da Nigéria é insustentável a longo prazo pelos motivos acima citados, divide-se este trabalho em três capítulos, além da conclusão.

No primeiro capítulo é realizado o referencial teórico do trabalho, o qual será embasado na tese da “maldição do petróleo” e em abordagens recentes sobre o papel do crescimento econômico para gerar desenvolvimento humano. Relacionam-se tal tese e abordagens por acreditar que períodos de acelerado crescimento econômico em países petrolíferos em épocas de alta nos preços do petróleo e a não reversão dessas receitas em prol do desenvolvimento humano da sociedade podem ser explicadas em grande medida a partir da tese da “maldição do petróleo”.

No segundo capítulo é feita uma contextualização geral da Nigéria, na qual se comenta sobre a dimensão de seu setor petrolífero e de seu crescimento atual, que vem motivando grandes expectativas entre alguns economistas e agências internacionais de risco. Contudo, indaga-se se o acelerado crescimento do PIB nigeriano deve ser motivo de comemoração, pois indicadores ligados ao desenvolvimento humano do país não indicam melhoras. O país enfrenta grandes desafios de ordem política, econômica e social, relacionados, sobretudo, a males advindos da exploração de petróleo e da subsequente má gestão governamental das receitas advindas do setor. Neste sentido, a fim de entender o desenvolvimento nigeriano atual, realiza-se um análise histórica da economia, política e sociedade nigeriana desde a independência do país, ocorrida em 1960 até os dias de hoje.

O terceiro capítulo foca no diagnóstico do crescimento econômico e desenvolvimento humano na Nigéria a partir da década de 2000. A partir da análise de dados estatísticos e fontes secundárias, avalia-se primeiro o crescimento econômico, demonstrando seus

condicionantes e sua relação com os altos preços internacionais do petróleo que marcaram a última década. Em seguida, analisa-se a reversão do crescimento econômico, mediante a distribuição das receitas entre os estados e gastos públicos em serviços sociais, em desenvolvimento humano, avaliado a partir de indicadores que mensuram pobreza, desigualdades sociais, desemprego, educação e saúde. Constatase que, paradoxalmente, o crescimento econômico da Nigéria não está sendo revertido em desenvolvimento humano, ao passo que todos os indicadores sociais avaliados têm piorado.

Por fim, a conclusão aborda sobre o futuro do petróleo e, portanto, o futuro do crescimento econômico nigeriano. A expectativa atual é de queda dos preços nos próximos anos, devido a recentes descobertas de novas fontes energéticas e novas reservas de petróleo. Além do mais, fornecedores internacionais tradicionais, cujas produções estavam interrompidas devido a problemas geopolíticos devem retornar ao mercado global de petróleo. Conclui-se, então, que a economia nigeriana, devido ao baixo desenvolvimento humano da população e à fraca diversificação de setores produtivos, está despreparada para quedas nos preços internacionais do petróleo, demonstrando não ser crescimento econômico atual sustentável e, portanto, o futuro do país não parece que será tão glorioso como os economistas e agências de risco citados acima anunciam.

1. Referencial teórico: “Maldição do petróleo”, crescimento econômico e desenvolvimento humano

Exportações de recursos naturais, como o petróleo, podem promover oportunidades para o crescimento econômico e desenvolvimento humano. Todavia, de acordo com literatura que será analisada neste trabalho, a dependência econômica em torno da extração de petróleo pode resultar em efeitos negativos, geradores de baixo crescimento econômico e subdesenvolvimento humano (PNUD, 2011).

Tais efeitos são consequências da chamada “maldição dos recursos naturais” (AUTY, 1993). Conforme esse conceito, países com grandes reservas naturais, como de gás e petróleo, no geral apresentam resultados piores em termos de desenvolvimento econômico e de boa governança do que países com poucos recursos naturais. Paradoxalmente, apesar das perspectivas de riqueza e oportunidades que acompanham a descoberta e extração de petróleo na maioria das vezes, inviabiliza o desenvolvimento sustentável e balanceado a longo prazo (SACHS; WARNER, 1995; HUMPHREYS et al., 2007). Bulte et al.(2005) amplia o entendimento sobre a “maldição dos recursos naturais”, demonstrando que, além de impactos no crescimento econômico, países ricos em recursos naturais, sobretudo petróleo e gás natural, tendem a ter pior performance em desenvolvimento humano do que países que não possuem recursos naturais.

Além da associação entre dependência de extração de petróleo e baixo desenvolvimento econômico e humano, estudos demonstram a relação desta situação de dependência econômica com falhas de democracia (ROSS, 2001), com propensão à corrupção nos governos e sociedade (LEITE; WEIDMANN, 1999), com baixa qualidade das instituições (SALA-I-MARTIN; SUBRAMANIAN, 2003) e com violentos conflitos sociais (HUMPHREYS, 2005; PNUD, 2011).

É importante ressaltar, no entanto, que as economias dos diversos petro-Estados reagem aos impactos de suas extrações de maneiras distintas. Alguns tiveram melhor desempenho do que outros na administração de suas riquezas naturais e, portanto, em seu desenvolvimento econômico a longo prazo. Ross *apud* Humphreys et al. (2007) exemplifica essa disparidade a partir dos casos da Indonésia e da Nigéria, que há 30 anos atrás possuíam índices de renda *per capita* similares, mas hoje em dia, devido às estratégias tomadas pelo governo indonésio à época, o país asiático apresenta renda *per capita* quatro vezes maior do que o país africano.

O Relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, lançado anualmente, ilustra bem as variações de qualidade de vida entre os petro-Estados. Esse relatório sumariza informações sobre renda e educação entre países ao redor do mundo. Analisando-o, percebe-se que a Noruega, um dos maiores produtores mundiais de petróleo, encontra-se no topo do *ranking* do índice de desenvolvimento humano. Outros petro-Estados relativamente bem colocados no ranking são Brunei, Argentina, Qatar, Emirados Árabes Unidos, Kuwait e México. No entanto, a grande maioria dos produtores de petróleo encontram-se no extremo oposto. Entre os países com os piores índices estão Guiné Equatorial, República Democrática do Congo, Iêmen, Nigéria, Angola e Chade (PNUD, 2013).

De acordo com Anand e Sen (2000), muitos países têm crescido rapidamente em termos de PIB sem causar avanços proporcionais nas condições de vida da sociedade, ou seja, o desenvolvimento humano permanece abaixo das expectativas. Segundo os autores, o desenvolvimento humano requer tanto o aumento da renda *per capita* da população quanto o incremento das receitas públicas destinadas à ampliação das “capacidades humanas básicas” por meio de serviços públicos de qualidade, como educação, saúde, prevenção epidemiológica, saneamento básico e provisão de água potável. O investimento em capacidades humanas, sobretudo em educação, é extremamente relevante ao controle da pobreza. Os autores afirmam que o aumento da taxa de alfabetização entre mulheres impacta na taxa de natalidade, contribuindo para o controle populacional e, por conseguinte, para a erradicação da pobreza.

Ranis (2004) conceitua o crescimento econômico que não gera desenvolvimento humano como “crescimento assimétrico”. Sua argumentação se fundamenta no fato de que o crescimento assimétrico é insustentável com o passar dos anos, tendo em vista que o fomento do desenvolvimento humano é de suma relevância para períodos de contração do crescimento econômico, como, por exemplo, em situações de baixa nos preços de petróleo. As capacidades humanas, sobretudo viabilizadas pela prestação de educação e saúde pública, possibilitam a sociedade a produzir e inovar mais, permitindo, assim, um melhor enfrentamento de crises econômicas. Configura-se, então, um ciclo virtuoso no qual o desenvolvimento humano promove crescimento econômico.

Stiglitz et al. (2009) aprofundam ainda mais o questionamento sobre a relação entre crescimento econômico e desenvolvimento humano ao criticarem os indicadores utilizados para mensuração de ambos os critérios. Segundo os autores, o PIB é o indicador mais utilizado para mensurar o avanço econômico e social dos países há mais de cinquenta anos. Todavia, é um indicador ultrapassado, limitado e inadequado nos tempos de hoje, haja vista

que ele foca no nível de produção doméstica de uma economia, mas não consegue capturar informações sobre a sustentabilidade desta economia e tampouco acerca desenvolvimento humano que ela gera. Os benefícios do PIB podem favorecer apenas alguns poucos indivíduos, enquanto os demais vivenciam a piora da qualidade de vida. Por isso, medidas como o PIB são insuficientes para medir o avanço do bem-estar da sociedade. É necessário que se desenvolvam melhores indicadores, que levem em consideração saúde e educação, a maneira pela qual as pessoas utilizam seu tempo (tanto no trabalho, nos afazeres domésticos, em viagens e no tempo de lazer), as vozes políticas do povo, as conexões sociais, as condições ambientais nas quais a sociedade vive e os níveis de insegurança pessoal (relativa a fatores externos que põem em risco a integridade física das pessoas, como violência, conflitos sociais, pobreza) e econômica (riscos como desemprego e doenças graves capazes de debilitarem os indivíduos economicamente, como a AIDS).

Sustentabilidade é um conceito que por definição possui uma dimensão de durabilidade e estabilidade a longo prazo. É a capacidade de administrar a economia de forma que as gerações futuras possam ter padrões de qualidade de vida no mínimo iguais aos de hoje em dia. Isso depende da capacidade das economias atuais proverem os aspectos supracitados necessários para a perpetuação do bem-estar social, bem como do uso consciente dos recursos naturais e das condições de meio ambiente, fatores estes que devem ser melhores observados pelos petro-Estados. Outros aspectos importantes para a sustentabilidade são as capacidades de poupar do Estado e da sociedade e a não contração de dívidas externas. Neste sentido, a performance econômica de um país deve levar em consideração, além da avaliação do desenvolvimento humano, mensurações sobre a sustentabilidade das políticas sociais de fomento ao bem-estar, à preservação do meio ambiente, à utilização racional dos recursos naturais e preocupação com os capitais financeiros (STIGLITZ et al., 2009).

O impacto da “maldição do petróleo” no desenvolvimento humano e na sustentabilidade é atribuído à deterioração do êxito econômico, social e ambiental dos petro-Estados, resultado, entre outros fatores, do declínio de atividades de mão de obra intensiva (especialmente daquelas ligadas à agricultura e manufatura), da insuficiente alocação de recursos, da baixa acumulação de capital físico e humano e da negligência quanto a vazamentos de óleo e emissões de gases tóxicos por parte das petrolíferas. Diante disso, aprofundam-se o desemprego, as desigualdades sociais, a pobreza, os serviços públicos de baixa qualidade e os danos ao meio ambiente. Em sequência, a sociedade passa a queixar-se cada vez mais, por vezes levando a contestações em prol do controle das rendas e dos esforços para dominar o Estado e os recursos sobre sua autoridade. Ou seja, por mais que receitas

gigantescas fluam para os cofres públicos, colaborando para o crescimento econômico do país em termos do PIB, a piora da situação econômica e social dos indivíduos agrava o descontentamento coletivo e a ruptura da relação entre Estado e sociedade, criando um ambiente propício ao conflito (PNUD, 2011).

Segundo o Relatório “*Conflict Prevention In Resource-Rich Economies*”, do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas - PNUD (2011), três fatores associados à economia extrativista potencializam o baixo desenvolvimento humano: a) os impactos macroeconômicos associados à denominada “Doença Holandesa”¹; b) Fraca diversificação e ausência de vínculos produtivos entre setores da economia; e c) assimetrias de coleta e distribuição da receitas do petróleo e baixa tributação. Devido ao baixo desenvolvimento humano no qual a sociedade passa a viver, descontentamentos populares emergem, propiciando a deflagração de conflitos sociais violentos. Neste sentido, as seções a seguir analisam com maior profundidade a literatura sobre cada um dos fatores econômicos que potencializam o subdesenvolvimento humano e, por fim, a consequente propensão a conflitos sociais violentos.

1.1. Impactos Macroeconômicos associados à denominada “Doença Holandesa”

A partir do momento que as operações exploratórias e as subsequentes exportações de petróleo começam a acontecer, iniciando, assim, os fluxos de entrada de dinheiro nos cofres públicos, um problema de ordem macroeconômica pode emergir, a chamada “Doença Holandesa”, que descreve o declínio do setor manufatureiro e agrícola enquanto ocorre a expansão do setor extrativista e de serviços (SACHS; WARNER, 1995; KARL, 1999; HUMPHREYS et al., 2007).

De forma simplificada, a dinâmica do modelo da Doença Holandesa se dá da seguinte forma: as receitas que passam a fluir devido à exploração e exportação de petróleo acrescem o poder de compra da população, aumentando, por conseguinte, a demanda interna por bens de consumo, tanto agrícolas quanto manufaturados, e por serviços. Mais dinheiro passa a circular na economia, aumentando a inflação e o preço dos bens produtivos e serviços. Ao mesmo

¹ O termo "doença holandesa" foi cunhado em 1977 pela revista *The Economist*, a fim de descrever a escalada dos preços do gás nos Países Baixos na década de 1960, cuja consequência foi o aumento substancial das receitas de exportação do recurso mineral e a valorização do florim. A apreciação cambial acabou por derrubar as exportações dos demais produtos holandeses, cujos preços se tornaram menos competitivos internacionalmente, levando ao declínio da indústria manufatureira no país (SACHS; WARNER, 1995; KARL, 1999; HUMPHREYS et al., 2007).

tempo, a entrada de capital na economia aprecia a taxa de câmbio, fazendo com que seja mais rentável importar os bens de consumo do que comprar os nacionais (CORDEN; NEARY, 1982).

A valorização do câmbio e a conseqüente alta nos preços diminui a competitividade internacional dos bens domésticos de consumo, despencando progressivamente o quantum de exportação desses produtos. Inicia, assim, um deslocamento de investimentos financeiros e de mão de obra dos setores agrícola e manufatureiro para o de serviços, haja vista que a demanda por bens de consumo é suprida pelas importações e a demanda por serviços domésticos continua a crescer. Logo, observa-se o declínio da agricultura e da manufatura do país (CORDEN; NEARY, 1982).

A mudança da composição setorial na economia causa profundos impactos no desenvolvimento humano. Por se tratarem de atividades de mão de obra intensiva, a agricultura e a manufatura geram retornos financeiros que são distribuídos mais igualitariamente. O setor extrativista, porém, não segue a mesma lógica (PNUD, 2011). Muitas pessoas que perderam seus empregos devido ao fenômeno não conseguem se inserir no setor de serviços e muito menos no extrativista, aumentando o desemprego e as desigualdades sociais. Além do mais, o declínio da agricultura tem sérias implicações para a segurança alimentar do país (GYLFASON, 2000).

Globalmente, em caso de queda nos preços do petróleo, as receitas do país são fortemente afetadas, pois a economia é cada vez mais dependente da extração à medida que os outros setores produtivos declinaram. Quando as atividades das indústrias petrolíferas abaixarem por tal motivo, os dois setores terão dificuldades de se recuperar, levando o petro-Estado a uma grave crise (HUMPHREYS et al., 2007).

1.2. Fraca diversificação e ausência de vínculos produtivos entre setores da economia

A exploração de petróleo caracteriza-se por ser altamente capital-intensiva, ou seja, para a sua realização são necessários altos investimentos de capitais financeiros, materiais e humanos. Somado aos efeitos da Doença Holandesa, o caráter capital-intensivo da economia extrativista afasta ainda mais a necessidade por mão de obra na produção, aumentando o desemprego, que por sua vez impacta na redução da demanda interna e contração do mercado doméstico.

Além disso, a exploração de petróleo apresenta mais riscos para o mercado doméstico. Por não ser resultado de um processo produtivo, a exploração de petróleo ocorre

independentemente de outros setores industriais e sem a participação de grandes segmentos empregatícios (HUMPHREYS et al., 2007). Mesmo usando diversos maquinários, devido à complexidade tecnológica, petro-Estados, sobretudo os africanos, importam de países altamente industrializados (PNUD, 2011).

Ademais, os processos industriais subsequentes que agregam valor ao petróleo não costumam ser feitos no país em que o óleo é extraído (PNUD, 2011). Neste sentido, os benefícios em termos de empregos, tecnologia e lucros fluem para os países mais desenvolvidos, os quais revendem globalmente os produtos finais, como gasolina, diesel e plásticos.

1.3. Assimetrias de coleta e distribuição de receitas do petróleo e baixa tributação

Geralmente, em petro-Estados, a coleta de receitas geradas pela indústria extrativista é realizada de forma indevida pelo governo, que não consegue arrecadar toda a riqueza que teria direito. A essa falha de arrecadação de receitas, somam-se a deficiência do regime de tributação, a volatilidade da entrada de receitas e de gastos governamentais e o caráter não renovável do petróleo, cuja existência está fadada ao esgotamento (HUMPHREYS et al., 2007; PNUD, 2011).

Soros *apud* PNUD (2011) argumenta que a coleta de receitas do petróleo e tributos em um país petrolífero apresenta três grandes assimetrias, relacionadas à inversão de *accountability*, à disparidade de informação entre petrolíferas e petro-Estados e ao poder de barganha das multinacionais do setor.

A inversão de *accountability* é responsável pela alocação inadequada de receitas. O governo, em tese, deveria negociar contratos com as multinacionais do ramo petrolífero em prol da população, a quem ele deve *accountability*. No entanto, o contrário ocorre. O governo oferece generosos incentivos fiscais às multinacionais para que elas se instalem no país. A partir da instalação das multinacionais, o governo passa a recolher delas parcela dos lucros das exportações, licenciamentos, arrendamentos e *royalties*, o que gera um grande acúmulo de receitas nos cofres públicos. Ao mesmo tempo, o regime de tributação deixa de ser a fonte de receita principal do governo, ficando, por vezes, de lado e esquecido. Desta forma, ocorre um processo de inversão do *accountability*, no qual o governo se orienta mais para as demandas das multinacionais do que às do povo, já que o primeiro é seu maior contribuinte. Conseqüentemente, isso inibe o governo de conceder incentivos para outros setores, colaborando para os efeitos adversos da Doença Holandesa. Em adição, como a tributação se torna desprezível em relação aos ganhos com a extração do petróleo, os governos se sentem

menos obrigados a honrar seus compromissos de promover melhores serviços públicos à população, contribuindo para a piora do desenvolvimento humano.

A segunda assimetria descrita por Soros *apud* PNUD se refere às disparidades de informação entre o governo e as multinacionais, que geram pagamentos de receitas inferiores aos que deveriam ser pagos. Como a extração necessita de específico e avançado conhecimento tecnológico, o governo e a população ficam à mercê das multinacionais, fato que confere a elas uma posição privilegiada em negociações sobre o valor a ser pago pelos licenciamentos, arrendamentos e *royalties*. Alguns países tentam solucionar isso mediante a criação de companhias estatais para operarem junto às multinacionais. No entanto, as estatais do petróleo, salvo alguns casos excepcionais como a brasileira Petrobrás e as estatais chinesas, não têm como competir com o *know-how* das grandes multinacionais, como a Dutch Royal Shell, Chevron e Exxon Mobil.

A terceira assimetria se refere ao poder de barganha das multinacionais. Além de possuírem maior *expertise* e, portanto, posição privilegiada em negociações, as multinacionais são mais ricas e poderosas do que os próprios petro-Estados, sobretudo os africanos. Ademais, o oligopólio do setor compõe o problema, pois, caso houvesse maiores opções de multinacionais no ramo, haveria maior competição entre as empresas e o preço passaria a ser ditado pelos países.

Em adição às assimetrias acima, argumenta-se que a entrada da receita do petróleo é constantemente submetida a volatilidades. A volatilidade pode ocorrer devido a variações no tempo de extração e de pagamento das petrolíferas ao Estado, bem como pela flutuação do preço internacional da *commodity*. Diante dessas volatilidades, o quantum da receita sofre com incertezas (HUMPHREYS et al., 2007).

Mesmo quando a volatilidade não é associada com incertezas, como em períodos de *boom* nos preços, ela se transforma em volatilidade de gastos públicos. Nessas ocasiões, governos tendem a aumentar seus gastos em bons anos de exploração, seguido de cortes extremados em anos fracos. A magnitude dessas flutuações é incrementada por empréstimos internacionais. Em tempos bons, os países contraem mais empréstimos a fim de acelerar os gastos públicos em obras de infraestrutura, como aeroportos, portos, pontes e rodovias. O fato de serem dotados em recursos minerais facilita os empréstimos, pois se pode usá-los como hipoteca. Todavia, quando os preços do petróleo caem, os gastos são forçados a se reduzir e a dívida externa do país cresce absurdamente. O resultado são várias obras inacabadas e um país que se deslocou do cenário de crescimento para o da falência (HUMPHREYS et al., 2007; PNUD, 2011).

1.4. Do baixo desenvolvimento humano ao conflito

Após explicar a relação entre a dependência da extração do petróleo e o baixo desenvolvimento humano é notório explicar a evolução da questão para um contexto de conflito social. Parte da população pode se sentir desprovida dos benefícios das receitas do petróleo, bem como pode se sentir ameaçada e prejudicada pelos impactos ecológicos e sociais que as multinacionais petrolíferas causam às comunidades próximas a suas instalações. Por outro lado, a riqueza dos recursos pode ser alvo de grupos armados, que desejam tomar o poder e passar a controlar as receitas. Desta forma, há quem afirme que o conflito social motivado pela extração de petróleo pode advir de dois motivos: queixa coletiva ou ganância individual. (MAHLER, 2010).

O descontentamento popular também é gerado pela falta de emprego nessas regiões. O emprego, como já dito anteriormente, é afetado pelo declínio dos setores produtivos da sociedade. Os baixos índices educacionais se somam a este problema, tendo em vista que não são formados profissionais qualificados para assumirem vagas nas multinacionais. (PNUD, 2011)

Além do mais, o conceito de inversão do accountability prestado pelo governo possui grande relação com os conflitos. Nesse caso, há a diminuição da prestação de serviços públicos de qualidade, fato que frustra a população, que passa a rejeitar a autoridade e a legitimidade do governo e não vê motivo para contribuir com impostos. Desta forma, o Estado se enfraquece ainda mais, aumentando as chances de conflito. (PNUD, 2011)

Neste sentido, o argumento de Ross (2003) simplifica o entendimento sobre a geração de conflitos sociais violentos a partir da dependência por exploração do petróleo. De acordo com o autor, a maioria das insurreições populares relacionadas ao petróleo, sobretudo em países africanos, tem três elementos comuns. Primeiro, antes do petróleo ser explorado, as pessoas dessas regiões eram de etnias e religiões diferentes da maioria da população do país. Em segundo lugar, elas compartilhavam a crença de que o governo federal se apropriava injustamente da riqueza que lhes pertencia, logo, elas seriam mais ricas caso se separassem do Estado. Em terceiro lugar, na maioria dos casos, a população local sofre bastante com o processo extrativo, pois as multinacionais realizam expropriações de terras, causam danos ambientais e favorecem a imigração de mão de obra de outras localidades do país. Assim, as populações reclamam que não estão sendo suficientemente compensadas e acabam optando por vias mais radicais, adotando o conflito armado.

2. A Nigéria: Política, sociedade e economia.

Comumente chamado de “Gigante da África”, a Nigéria é o Estado mais populoso do continente africano e o sétimo do mundo, com uma população de mais de 173 milhões de habitantes². É uma república constitucional federalista, compreendendo trinta e seis estados e o Território da Capital Federal, Abuja. O país localiza-se na África Ocidental, mais precisamente no Golfo da Guiné, ao norte do Equador e ao sul do Deserto do Saara, compartilhando fronteiras terrestres com Benim a oeste, Chade e Camarões a leste e Níger a norte. A língua oficial do país é o inglês, legado da colonização britânica, que durou de 1914 a 1960. A moeda do país é o Naira.

A composição étnica do país é bastante diversa, contando com mais de 250 etnias, as quais possuem os próprios idiomas, cultura, costumes e formas tradicionais de governo (CLARK et al., 1999). Apesar de toda a diversidade, tradicionalmente a política nigeriana é dominada por três grupos majoritários e competidores entre si: os Hauçás-Fulanis (29%), ao norte; os Iorubás (21%), ao oeste; e os Ibos (18%), ao sul. O país é dividido quase que igualmente entre Islâmicos (50%), ao norte, e Cristãos (40%), ao sul, além de possuir uma singela minoria praticante de religiões tradicionais africanas (10%) (CIA, 2013)

Rico em recursos naturais, a Nigéria dispõe de 34 minerais sólidos diferentes, entre eles ouro, minério de ferro, carvão e calcário. Todavia, a mineração é insignificante para o país, sendo o PIB Real³ composto basicamente por dois setores: agricultura (40,24%) e extração de petróleo e gás natural (14,71%). (AfDB, 2013). O país possui a segunda maior reserva de petróleo da África, com 37,2 bilhões de barris e uma significativa reserva de 5,12 trilhões de m³ de gás natural, que representa aproximadamente 2,8% das reservas mundiais (OPEP, 2013; OMC, 2009). Deste modo, o país é o 12º maior fornecedor mundial de petróleo e gás, com uma exploração média diária de 2,27 milhões de barris de petróleo e extração anual de 42 bilhões m³ de gás natural. (NNPC, 2012; OPEP, 2013). O petróleo nigeriano é bastante atrativo aos importadores ocidentais, tendo em vista que sua composição é baixa em enxofre e ele é de fácil refino (SIOLLUN, 2009). O parque petrolífero nigeriano possui uma

² Valor estimado mais recente para a população nigeriana em 2013. Presente em ONU. Departamento de Economia e Assuntos Sociais (DESA). **World Population Prospects The 2012 Revision: Highlights and Advance Tables**. Ago 213. pp. 51–55.

³ O PIB Real é calculado a preços constantes, onde é escolhido um ano-base, eliminando assim o efeito da inflação. É a maneira de se calcular o PIB considerada mais consistente, pois leva em conta apenas as variações nas quantidades produzidas dos bens, e não nas alterações de seus preços de mercado (WIKIPEDIA). No caso nigeriano, o ano base escolhido é 1990 (CENTRAL BANK OF NIGERIA)

considerável infraestrutura, compreendendo mais de 300 campos de exploração, 7 mil quilômetros de oleodutos, 10 terminais de exportação e 4 refinarias (WATTS, 2008). Quanto à agricultura, a Nigéria tem cerca de 70 milhões de hectares de terras destinadas ao plantio e emprega 70% da força de trabalho do país. No entanto, o setor petrolífero possui uma importância estratégica muito maior para o governo federal, pois é responsável por 75% das receitas governamentais e compõe 84% da pauta de exportações. (CENTRAL BANK OF NIGERIA, 2012; UNCOMTRADE, 2012)

A riqueza em petróleo e gás natural é condicionante para o PIB nigeriano de US\$ 292 bilhões, que confere ao país o título de segunda maior economia da África, atrás apenas da África do Sul (US\$ 443 bilhões), e de 36ª economia do mundo (FMI, 2013). Seu PIB é maior que a soma dos PIB's de todos os países da África Ocidental que compõem a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS, sigla em inglês)⁴, conferindo ao país o status de potência econômica, política e militar da região (SIOULLUN, 2009). O país figura, ainda, entre os que mais crescem em termos de PIB no mundo, com uma média de crescimento anual de 7,39%⁵ nos últimos dez anos.

Tais tendências econômicas fizeram com que o país fosse incluído pela Goldman Sachs (2007) no grupo “Next Eleven”, que engloba as onze nações com maiores possibilidades de se tornar, junto aos BRIC's, as maiores economias mundiais do século XXI. O país também foi enquadrado por Willen Buitter (2011), economista chefe do Citigroup, no grupo *Global Growth Generators* (3G), que pretende tirar o foco de análise do BRICS, agrupando as onze economias que mais deverão crescer no mundo entre 2010 e 2050, oferecendo, portanto, oportunidades lucrativas para investimentos externos. Mais recentemente, o economista Jim O'Neill (2013), que cunhou o termo BRICS, apresentou em uma publicação da *Bloomberg* o termo MINT, que se refere a México, Indonésia, Nigéria e Turquia, cujas taxas de crescimento econômico têm sido surpreendentes nos últimos 20 anos e, portanto, devem ser observadas por economistas, investidores e empresários. Alguns especialistas também estimam que em dois anos, devido às altas taxas de crescimento atual do PIB nigeriano em comparação ao sulafricano, mantendo-se as taxas de crescimento em ambos imutáveis, a

⁴ A ECOWAS é um grupo regional cuja missão é promover a integração regional na África Ocidental, em vigor desde 1975. É formado por Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Gâmbia, Gana, Guiné Equatorial, Guiné Bissau, Costa do Marfim, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo. Também atua como uma organização mantenedora da paz na região (WIKIPEDIA).

⁵ Média calculada a partir dos dados sobre o crescimento do PIB nigeriano nos últimos dez anos (2003-2012), disponíveis no banco de dados do Banco Mundial.

Nigéria deverá ultrapassar a África do Sul como o país mais rico do continente em termos de PIB (UKO, 2013).

No entanto, será que a Nigéria tem tanto a comemorar quanto a seu desempenho econômico? Ou melhor, será que esses economistas estão corretos em considerar o país como uma potência de destaque nos próximos anos apenas observando a taxa de crescimento de seu PIB? Argumenta-se neste trabalho que a situação nigeriana não é tão gloriosa assim. A que tudo indica, o crescimento econômico acelerado do PIB nigeriano não tem sido acompanhado de avanços equivalentes quanto ao desenvolvimento humano e qualidade de vida da população do país. O que se observa é o aumento da pobreza, desigualdades sociais e desemprego. Tal fato vai ao encontro dos trabalhos sobre o antagonismo entre crescimento econômico e desenvolvimento humano comentados no capítulo anterior. Relacionando mais especificamente ao trabalho de Stiglitz et al. (2009), o caso nigeriano é um exemplo típico de o PIB não ser o indicador mais adequado para avaliar a performance econômica e social da Nigéria nos últimos anos. O país enfrenta grandes desafios de ordem política, econômica e social relacionados, sobretudo, a males advindos da exploração do petróleo e da má gestão governamental das receitas advindas do setor. Tais mazelas são oriundas de um processo histórico iniciado na época da colonização e aprofundado da independência até os dias de hoje.

Socialmente, a história da Nigéria é marcada por competição e conflitos étnicos, originados pela junção de diversas etnias em um só território pelos britânicos durante a colonização (LEWIS, 2006). Em adição, o país está imerso na pobreza e desemprego, indicadores que têm se mostrado crescentes em toda a década de 2000 e que se relacionam aos conflitos sociais que o país tem enfrentado recentemente, como a atuação dos grupos armados MEND e *Boko Haram* e dos protestos do *Occupy Nigeria* (AIYEDOGBOM; OHWOFASA, 2012; WATTS, 2008; ROGERS, 2012; BUSARI, 2012). Politicamente, sua história pós-colonial foi marcada pela manutenção da democracia, em que o país cambaleou de uma crise política a outra, enfrentando dez golpes militares, três chefes de governo em exercício assassinados, três décadas ruinosas de ditadura militar e uma guerra civil que retirou a vida de milhares de nigerianos. Além do mais, o governo, as instituições públicas e as empresas estatais apresentam altos índices de corrupção, fato que torna a população bastante desacreditada quanto à política do país (SIOLLUN, 2009). Economicamente, o país se tornou refém da “maldição do petróleo” e da Doença Holandesa a partir do *boom* do petróleo em 1973, quando passou a ocorrer desintegração do setor agrícola e da infante manufatura que florescia à época. Desde então, a Nigéria transformou-se em um Estado rentista, ou seja,

dependente da renda proveniente do petróleo para sobreviver. Como o preço do petróleo é variável no mercado internacional, a economia tornou-se vulnerável a choques externos, oscilando entre períodos curtos de crescimento e períodos dramáticos de crise e estagnação. A volatilidade e fragilidade da economia, por sua vez, passaram a repercutir tanto na esfera social quanto na esfera política, colaborando para os baixos índices de desenvolvimento humano da atualidade (LEWIS, 2011).

Neste sentido, para entender a conjuntura econômica e social nigeriana atual e a sua relação com a exploração de petróleo, é importante analisar os acontecimentos políticos, econômicos e sociais que modelaram o país ao longo de sua história. Para tanto, analisa-se nas próximas seções fontes secundárias que abordam a política, economia e sociedade da Nigéria desde a independência em 1960 até os dias de hoje, destacando-se a relação que a maioria dos acontecimento mais marcantes possui com o petróleo. Optou-se pelo uso de autores nigerianos, tendo em vista a vivência deles nestes episódios. No entanto, não se descartou especialistas em história africana, que também compõem boa parte das análises históricas realizadas a seguir.

2.1. Desintegração social, independência, golpes militares e guerra civil

Um dos graves problemas sociais do país se refere à competição entre etnias, que levou o país por vezes à desintegração social e instabilidade política (LEWIS, 2011). O país foi artificialmente criado sem o consenso das comunidades que viviam em seu território, onde mais de 250 etnias foram arbitrariamente juntadas por ordens britânicas. O Estado era tão etnicamente, religiosamente e linguisticamente complexo que mesmo as lideranças políticas duvidavam da capacidade do país de se manter unido após a independência. Os maiores grupos étnicos eram os Hauçás e os Fulanis, que moravam no norte do país e eram majoritariamente islâmicos. Devido a casamentos e assimilações culturais entre ambas estas etnias, distinções foram suplantadas, fato que as tornou conhecidas como um grupo étnico único denominado Hauçá-Fulani. O sul era dominado por dois grupos étnicos majoritariamente cristãos e competidores entre si: os Iorubás e os Ibos. Como a colonização britânica deu-se principalmente no sul do país, essas duas últimas etnias tiveram maior acesso à educação e à cultura ocidental. As diferenças foram ainda mais exacerbadas. Os britânicos durante a colonização dividiram o país em três regiões, cada uma sob o controle de uma das etnias: o Região Norte ficava sob o domínio dos Hauçás-Fulanis, a Região Oeste com os Iorubás e a Região Leste com os Ibos (SIOLLUN, 2009).

Quando conquistou a independência do Reino Unido, eram grandes as esperanças de que, com as recém-descobertas reservas de petróleo e com a maior e mais educada força de trabalho da África, a Nigéria se tornaria a primeira superpotência africana e uma democracia influente e estabilizadora na região (SIOLLUN, 2009). O petróleo havia sido descoberto pela Dutch Royal Shell alguns anos antes na região do Delta do Níger, iniciando as operações de extração e exploração em 1958 (OLUSI;OLAGUNJU, 2005). A esperança de sucesso foi corroborada pelo significativo crescimento econômico que o país vivenciou nos primeiros anos da independência devido à exportação de bens agrícolas, como óleo de palma, cacau, amendoim, madeira e borracha (OYESANMI, 2011; DEMACHI, 2012).

A fim de conseguir a complacência do Reino Unido quanto à independência, optou-se por formar uma república democrática parlamentarista. Porém, o sistema implantado encorajou a segmentação étnica, enquanto iniciou uma competição por poder por parte das três etnias principais, os Hauçás-Fulanis, representados pelo partido *Northern's People Congress* (NPC); os Iorubás, pelo partido *Action Group* (AG) e Ibos, pelo partido *National Council of Nigerian's Citizens* (NCNC). O poder foi estabelecido, então, pela coalizão entre NPC e NCNC, deixando o AG de lado e evitando com que o partido Iorubá ocupasse cadeiras no parlamento (SIOLLUN, 2009). Rapidamente o regime presenciou uma polarização étnica sem precedente, evoluindo para um cenário de conflitos políticos e sociais.

No meio deste turbilhão, militares Ibos aproveitaram-se da situação e realizaram um golpe de estado em janeiro de 1966, matando o Primeiro Ministro e o Governador da Região Norte, ambos de origem Hauçá-Fulani. Os militares golpistas alegavam que a Constituição nigeriana à época da independência falhou em não reconhecer os anseios das minorias por autodeterminação, afetando a balança de poder do Centro, sendo inviável, portanto, a continuidade da Primeira República (KIRK-GREEN, 1975). Segundo os militares Ibos, a situação na região de Nigéria Ocidental, onde Lagos, a capital do país à época, e os Iorubás se encontram, estava se deteriorando e rumando em direção ao caos e desastre, os quais deveriam ser evitados pelo poder militar. Curiosamente, a sociedade recebeu os militares de braços abertos, pois acreditavam que as Forças Armadas eram a única instituição decente, honesta e não corrupta da Nigéria (SIOLLUN, 2009).

Após o Golpe, os Hauçás-Fulanis do norte, antes no poder, começaram a temer o governo militar Ibo. Vários militares e políticos do norte tinham sido assassinados pelo novo regime e temia-se que o restante dos militares do norte fosse eliminado. Isso motivou um novo golpe em julho de 1966 por parte dos militares do norte, gerando um violento embate entre Ibos e Hauçás-Fulanis. Favorecidos pelo número de soldados, os militares do norte

tomaram o poder e, com a finalidade de conseguir estabilizar seu governo, iniciaram uma imensa caçada a militares Ibos que ameaçavam o novo regime militar (SIOLLUN, 2009).

Apesar de negociações posteriores entre as duas facções, as tentativas foram em vão. Desiludidos e preocupados com seu futuro, os Ibos decidiram se separar da Nigéria em maio de 1967, declarando a independência da República de Biafra, deflagrando, assim, uma sangrenta guerra civil. O episódio é considerado o primeiro genocídio de uma etnia negra sobre outra na África pós-colonial, sendo, portanto, a primeira vez que o Ocidente assistia a africanos guerreando entre si no continente após vários anos de colonização (SIOLLUN, 2009).

Além da questão de segurança e temor a ataques dos militares Hauçás-Fulanis, os esforços Ibos em criar um novo Estado devem ser entendidos por sua dimensão econômica. A secessão também foi encorajada pela presença de petróleo na região e, portanto, pela crença de que a independência de Biafra seria economicamente benéfica para a população Ibo. Em 1967, meses antes da guerra, o governador da Região Leste da Nigéria, o Coronel Ojukwu, de origem Ibo, autorizou que todas as receitas originadas do petróleo produzido na região ficassem retidas no estado ao invés de fluírem para o governo federal. Em contrapartida, o governo federal reagiu criando três novos estados na região do Delta do Rio Níger. (ROSS, 2003). Com isso, após a declaração de independência de Biafra, uma das primeiras medidas de Ojukwu foi invadir os estados produtores recém-criados, fato que motivou o contra-ataque por parte do governo central (SIOLLUN, 2009).

Os excessos dos militares durante a guerra foram amplamente ignorados pelo Ocidente, sobretudo pelos britânicos, que não tinham interesse em interromper a exploração de petróleo no país (SIOLLUN, 2009). A guerra durou de julho de 1967 até janeiro de 1970, matando aproximadamente entre um e três milhões de pessoas e causando desnutrição, surgimento de doenças epidemiológicas, devastando a região e deteriorando imensamente a produção agrícola da região oriental do país. A guerra foi tão terrível que suas consequências podem ser observadas até hoje, quarenta anos depois. Akresh et al. (2011) comprova que apesar dos substanciais fluxos de ajuda estrangeira, a desnutrição e doenças causadas pela guerra culminaram na reduzida estatura e na fragilidade da saúde de crianças e adolescentes que foram expostos à guerra.

Após o conflito, o militar no comando do país, General Gowon (Chefe de Estado entre 1966 to 1975), indo contra a crença de vários Ibos, anistiou todos os rebeldes de Biafra e declarou que em guerra de irmãos não havia vitoriosos, logo não condecorou ninguém do exército por honra ao mérito durante a batalha. A postura conciliatória de Gowon foi muito

importante para restabelecer a paz, a unidade e a integridade no país durante o período, conferindo a ele grande prestígio nacional e internacional (SIOLLUN, 2009; LEWIS, 2006).

2.2. O início da “maldição do petróleo”: doença holandesa, corrupção e crise

A recuperação do pós-guerra coincidiu com a enorme alta nos preços internacionais do petróleo em 1973, que aumentaram exorbitantemente os fluxos de receitas para os cofres públicos federais, tornando o setor petrolífero o pilar do crescimento econômico do país (OLUSI; OLAGUNJU, 2005). A título de comparação, a produção nigeriana de petróleo saltou de 5 milhões de barris em 1960 para 600 milhões em 1973 (WATTS, 2008). Entre 1970 e 1975, os ganhos provenientes da exportação de petróleo aumentaram as receitas governamentais em 500% e o PIB cresceu aproximadamente 7% nesses anos. Os grandes fluxos de receitas encorajaram o governo a implantar um grandioso plano desenvolvimentista no país, com projetos de construção de obras faraônicas que modernizariam a Nigéria e de rápida expansão institucional, desenvolvendo serviços públicos e proliferando empresas estatais. A fim de aumentar os gastos públicos mais do que o possível, o país contraiu gigantescos empréstimos internacionais, que eram facilitados por conta do petróleo, que servia como garantia de pagamento. Apesar do *boom* do petróleo ter aumentado os gastos governamentais e o tamanho da estrutura burocrática e o número de empresas estatais, ele causou mais problemas do que resolveu (SIOLLUN, 2009).

Economicamente, a partir de 1970 o país começou a sofrer da “maldição do petróleo”. Os efeitos negativos da dependência por petróleo iniciaram com a desestruturação da agricultura e da manufatura, caracterizando o que os teóricos denominam de Doença Holandesa. Antes de 1970, a agricultura era a atividade econômica principal da Nigéria (OLUSI; OLAGUNJU, 2005). Entre 1950 e 1969, o setor agrícola era responsável por 69% do PIB e empregava 72% da força de trabalho. O país era o maior exportador de amendoim do mundo e o segundo maior de cacau, além de ter uma produção voltada à exportação bastante significativa de borracha, algodão, couros e peles. A partir de 1970, a produção agrícola começou a declinar bruscamente, contribuindo apenas para 49% da composição do PIB ao final deste ano e 22% ao final de 1982. Neste sentido, a produção agrícola deixou de ser suficiente para alimentar a população nigeriana, culminando no aumento das importações de alimentos. O declínio da agricultura repercutiu na queda dos salários dos trabalhadores rurais, no desemprego e em migrações forçadas para os grandes centros urbanos, favorecendo a pobreza em todo o país (OYEJIDE, 1986). A produção manufatureira, apesar de iniciante na

Nigéria, também sofreu reveses. Entre 1957 e 1967, o setor manufatureiro cresceu 7%, consequência de uma estratégia de substituição de importações adotada. Esperava-se que o setor crescesse ainda mais durante o *boom* do petróleo, porém, os investimentos foram muito abaixo das expectativas, fluindo basicamente para empresas estatais, sobretudo, para a *Nigerian National Petroleum Corporation* (NNPC), petrolífera estatal criada para operar com as gigantes multinacionais via *joint venture* (SÖDERBOM; TEAL, 2002).

Outro problema que emergiu após o *boom* do petróleo de 1970 foi o aumento da corrupção na esfera federal, provando que os militares não eram imunes às práticas corruptas como se pensava à época do golpe de 1966. Segundo Smith (2011), o período militar é considerado o mais corrupto da história da Nigéria, haja vista que eles centralizaram todas as receitas do petróleo na esfera federal, distribuindo essa riqueza da forma como queriam e sem questionamentos sociais. As exportações de petróleo criaram um estado rentista, no qual o governo passou a depender de receitas provenientes da *commodity*. Quanto às novas instituições burocráticas do governo e empresas estatais, logo o Estado ultrapassou seu limite e elas começaram a rumar para a ineficiência, desordem e corrupção. (LEWIS, 2006). O governo também se provou ineficiente em administrar a riqueza gerada, sendo incapaz de revertê-la em melhorias no padrão de qualidade de vida dos nigerianos, que prevaleceu estagnado e em vários casos deteriorou-se. Surge o Estado rico com população pobre. (SIOLLUN, 2009)

Apesar da popularidade do General Gowon, crescia entre os militares um repúdio ao governante devido à promessa de devolução do poder aos civis e à intensa corrupção que emergia na esfera federal. Mais uma vez o país vivenciou um novo golpe militar, que empossou o General Murtala como chefe de Estado (de 1975 a 1976). Todavia, seis meses depois uma nova tentativa de golpe foi realizada e o General Murtala assassinado (LEWIS, 2006), assumindo o General Obasanjo (de 1976 a 1979), que após seu mandato entregou enfim o poder aos civis, sendo o primeiro militar a fazer tal feito de forma voluntária (DAMU; BACON, 1996).

Em outubro de 1979, assumiu o presidente Shagari (governou até 1983), eleito democraticamente. O período democrático coincidiu com um novo *boom* do petróleo. Novamente, os fluxos de receitas do petróleo aumentaram abruptamente e o governo utilizou-se disso para aumentar as importações de matérias-primas, maquinários, bens de consumos e produtos alimentícios. Em 1982, contudo, o preço do petróleo colapsou e a Nigéria entrou em sua maior crise econômica. Shagari precisou aplicar medidas de austeridade e recorrer a novos empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI) (MUSA, 1998). As receitas das

exportações de petróleo encolheram em 53% entre 1980 e 1982, caindo mais 60% em 1986. Ao mesmo tempo, o valor da dívida externa aumentou devido à contração de novos empréstimos de curto prazo. As obrigações financeiras externas aumentaram de US\$ 5,1 bilhões em 1978 (14% do PIB) para US\$ 17,6 bilhões em 1983 (50% do PIB), atingindo US\$ 29 bilhões em 1987 (124% do PIB). Destarte, entre 1980 e 1987, o PIB nigeriano retraiu em média 1% a cada ano (LEWIS, 2006).

Em adição, a situação das instituições públicas se agravaram de forma exponencial devido à falta de recursos, gerando alta instabilidade política e erodindo as capacidades governamentais necessárias para cumprir com suas obrigações de prestação de serviços públicos. A combinação entre o colapso econômico e deterioração das capacidades do Estado motivou um novo golpe militar em 1983, liderado pelo General Buhari (Chefe de Estado entre 1983 e 1985) que inaugurou o período mais repressivo e coercitivo de toda a história nigeriana (LEWIS, 2006). Quanto à crise, Buhari abandonou o FMI, que exigia reformas econômicas para a concessão dos empréstimos solicitados, mas manteve as medidas de austeridade (MUSA, 1998) O novo regime militar julgava ser o motivo da crise nigeriana a indisciplina dos civis, manifestada pelas greves de servidores públicos, bem como atrasos, faltas no trabalho, peculato e corrupção. O governo, portanto, proibiu várias organizações da sociedade civil que se atreviam a criticar suas políticas ou que realizavam manifestações públicas em apoio ao retorno do governo civil. A ineficiência de toda essa repressão ante a não resolução da crise econômica, favoreceu a ocorrência de um novo golpe militar, elevando o General Babangida para o posto de chefe de estado da Nigéria entre 1985 e 1993 (AYIEDE, 2003).

2.3. Programa de Ajuste Estrutural e a piora da qualidade de vida na gestão Babangida

O regime de Babangida iniciou com o pretexto de abertura e respeito pelos direitos humanos, com o intuito de reconquistar a opinião pública, que havia se tornado bastante avessa aos militares durante o governo Buhari. Rapidamente, o militar legalizou as associações e sindicatos trabalhistas banidos por seu antecessor e declarou sua intenção de devolver o governo aos civis (AYIEDE, 2003). Essas mudanças políticas caminharam juntamente com mudanças estruturais na economia. Pressionado pela comunidade internacional, o General Babangida cedeu a um acordo proposto pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), estabelecendo o Programa de Ajuste Estrutural (PAE), um pacote de reformas políticas que visavam a recuperação econômica do país (LEWIS, 2006). O PAE

tinha o objetivo de: a) diversificar e reestruturar a economia, evitando a dependência em importações e ao setor petrolífero; b) tornar a balança de pagamentos estável; c) possibilitar o desenvolvimento sustentável sem processos inflacionários; d) ampliar o potencial de crescimento do setor privado na economia (MUSA, 1998).

Para tanto, o FMI pontuou a necessidade de se realizar as seguintes reformas: a) redução drástica ou total eliminação de subsídios a consumidores e gastos sociais, sobretudo aqueles relacionados a educação e planos de saúde; b) adoção de políticas de atração de investimentos externos diretos; c) ampla desvalorização do Naira, a fim de encorajar exportações; d) redução da oferta de moeda na economia; e) racionalização das estatais públicas mediante o processo de privatização; f) liberalização do comércio internacional; g) retração de mão de obra no serviço público ; h) desregulação da economia (MUSA, 1998).

Desta forma, O PAE tratou a crise econômica da Nigéria apenas em termos de desequilíbrios monetários. Logo, como a economia possuía uma baixa produção industrial, a situação piorou devido ao excesso de confiança depositado no setor petrolífero e à negligência do programa ante ao problema da agricultura. Ao invés de melhorar a conjuntura econômica do país, o PAE conseguiu deteriorar ainda mais. Os níveis de investimento externo e as reservas internacionais continuaram baixos, a dívida externa e a inflação aumentaram, a produção industrial declinou, a qualidade de vida da população piorou e o desemprego cresceu (MUSA, 1998).

Após sete anos de implementação, o PAE não apenas agravou a crise econômica e piorou a qualidade de vida dos nigerianos como também deixou profundas sequelas na sociedade, favorecendo o aumento de assaltos armados, violência, tráfico de drogas e do mercado negro. O desemprego levou à retirada de inúmeras crianças das escolas, já que seus pais não podiam arcar com este custo, além de ser necessário que as crianças trabalhassem para ajudar com as despesas do lar. Para agravar ainda mais, a falta de empregos, sobretudo entre mulheres, ocasionou no aumento da prostituição no país (MUSA, 1998).

Neste sentido, o PAE tornou-se bastante impopular e a sociedade, mobilizada por diversas organizações de classes pró-democracia, passou a exigir mudanças, culminando no aumento do autoritarismo de Babangida. A situação, porém, conseguiu deteriorar-se ainda mais quando o General Babangida, que havia orquestrado uma nova transição de poder aos civis, cancelou o resultado das eleições democráticas, que empossaria como presidente o Iorubá M.K.O Abiola, dando continuidade a seu governo ditatorial. O episódio gerou uma grande crise política em todo o país, sobretudo entre a comunidade Iorubá, que se sentiu afrontada. Deu-se início a uma longa greve geral que, entre outros danos, afetou o transporte

de petróleo, trazendo grandes prejuízos para o governo. Facções políticas do país fizeram novas ameaças separatistas em todo o país.

2.4. General Abacha: autoritarismo, corrupção e insurreições no Delta do Níger

A crise do governo Babangida, culminou em mais uma intervenção arbitrária e golpista do exército, que instituiu um novo governo ditatorial liderado pelo ex-ministro da Defesa, o General Sani Abacha, que governou de 1993 a 1998 (CASTELLS, 1999; LEWIS, 2006). Abacha exerceu uma gestão ainda mais autoritária e corrosiva, utilizando o exército e polícia para intimidar, molestar, prender e matar opositores que protestavam pela transição política e melhorias de qualidade de vida em regiões petrolífera do Delta do Níger. Entre os opositores perseguidos por Abacha, destaca-se o escritor e ativista Ken Saro-Wiwa, que foi sumariamente executado em 1995 devido a sua liderança nos conflitos sociais entre o grupo *Movement for the Survival of Ogoni People* (MOSOP) e a multinacional Dutch Royal Shell (DAMU; BACON, 1996; CASTELLS, 1999).

Desde 1958 a Dutch Royal Shell explorava petróleo da região do Delta do Níger, mas as comunidades da minoria étnica Ogoni que viviam na região nunca tiveram água encanada, eletricidade, hospitais, ruas e tampouco escolas. Ao mesmo tempo, mais de 2000 vazamentos de petróleo foram denunciados pelas comunidades, poluindo as terras férteis e impossibilitando o plantio, fato que aumentou a pobreza e fome entre este povo. Neste sentido, o MOSOP, liderado por Saro-Wiwa, demandava que a Shell limpasse a área, que era constantemente poluída havia mais de 30 anos, e investisse parte das receitas das exportações de petróleo nas comunidades Ogonis, a fim de tirá-los da extrema pobreza. Os protestos organizados por Saro-Wiwa, segundo a Shell, culminaram na perda de 3,2 milhões de barris de petróleo em 1992 e outros 12 milhões em 1993, sendo este o argumento do governo para prendê-lo e condená-lo a morte por enforcamento (DAMU; BACON, 1996).

O episódio retrata muito bem a inversão de *accountability* descrita no capítulo anterior, na qual o governo se orienta mais para as demandas das multinacionais do que às do povo, posto ser o seu maior contribuinte (SOROS *apud* PNUD; 2011). À época, 95% das exportações nigerianas e 80% das receitas do governo eram oriundas da exploração de petróleo no país. (CASTELLS, 1999). Como as multinacionais petrolíferas geravam a principal fonte de renda do Estado, assuntos de seu interesse eram sumariamente atendidos pelos governantes do país.

Além disso, a corrupção em seu governo foi uma das mais alarmantes de toda a história nigeriana. Abacha, como Babangida e outros generais predecessores, utilizou-se do petróleo nigeriano como fonte de riqueza pessoal e poder (DAMU; BACON, 1996). O ditador lançou uma nova política fiscal, que afastou a Nigéria das políticas do PAE propostas pelo FMI, revalorizando o Naira e reforçando o protecionismo. Tal medida aumentou o capital dos cofres públicos, possibilitando, por conseguinte, o acúmulo de receitas em prol da riqueza pessoal daqueles que controlavam o dinheiro do petróleo (CASTELLS, 1999). Estima-se que ele tenha acumulado uma fortuna de US\$ 6 bilhões (LEWIS, 2006). Ainda, observou-se à época o declínio dos sistemas educacionais e de saúde da administração pública, que mais uma vez colaboraram para a deterioração da qualidade de vida da população. O governo de Abacha terminou inesperadamente em 1998 devido a sua morte por ataque cardíaco, abrindo caminho para as Forças Armadas aplicarem mudanças políticas. Assumiu, então, o General Abubakar que enfim realizou a transição política em 1999. (LEWIS, 2006)

2.5. Democratização: crescimento econômico, subdesenvolvimento humano e revoltas sociais.

O retorno ao governo civil trouxe melhorias à participação política e aos direitos humanos na Nigéria. Contudo, as mazelas dos regimes militares impuseram obstáculos para a infante democracia, reestabelecida em um cenário de Tesouro Nacional esgotado, instituições públicas dilaceradas, corrupção endêmica, dívida externa altíssima e fortes antagonismos sociais, sobretudo nas regiões produtoras de petróleo e na região norte, de prevalência religiosa muçumana (LEWIS, 2006). O novo presidente eleito foi o general aposentado Olesegun Obasanjo, ex-chefe de Estado que havia entregado o poder para os políticos da Segunda República duas décadas antes e que havia sido preso em 1995 devido a sua participação em um golpe fracassado contra o General Abacha. Tanto os nigerianos quanto os Estados Unidos, que apoiaram fortemente a sua candidatura, acreditavam que Obasanjo, apesar de seu histórico militar, era um democrata compromissado e que reformaria a economia do país, estabelecendo bases para a liberalização política (HERSKOVITS, 2007)

O governo de Obasanjo inaugura uma nova fase na composição dos altos cargos políticos, que deixaram de ser ocupados por militares, dando lugar a tecnocratas, destacando-se a Ministra das Finanças Ngozi Okonjo-Iweala, ex-Vice Presidente do Banco Mundial, que conseguiu em 2006, com ajuda do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, persuadir o Clube de Paris a perdoar 60% da dívida externa, que equivalia a US\$ 18 bilhões (CLUBE DE

PARIS, 2005). Ademais, foi notável em criar comissões parlamentares para investigar casos de corrupção. Todavia, apesar destes avanços econômicos e políticos, a gestão de Obasanjo foi marcada por retrocessos econômicos que ofuscavam qualquer melhoria. A dívida externa ainda era crescente apesar de uma boa parte ter sido perdoadada. Surgiram crises orçamentárias devido à processos de privatização bastante questionáveis e ao acúmulo de salários, pensões e aposentadorias não pagos. A qualidade de vida dos nigerianos não obteve melhorias. A agricultura continuou negligenciada, bem como o setor manufatureiro, que em 1999 presenciou a falência de 1800 firmas. O desemprego começou a crescer, sobretudo entre jovens da região norte, fato que impactou o aumento da criminalidade. Condições básicas de vida, como fornecimento de energia elétrica e água potável, também pioraram e o número de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza aumentou. E curiosamente, tudo isso aconteceu em um período no qual as receitas do petróleo voltaram a crescer, totalizando nos oito anos da gestão Obasanjo US\$ 223 bilhões, mais do que o dobro das receitas totalizadas durante a ditadura de Abacha (HERSKOVITS, 2007).

O processo eleitoral de 2003, que reelegeu Obasanjo, é considerado o pivô de novas insurreições nos estados produtores de petróleo localizados no Delta do Níger, que afetam o país até os dias de hoje. A fim de controlar e fiscalizar as eleições na região, políticos armaram e financiaram milícias locais. Após as eleições, essas milícias saíram fortalecidas e começaram a utilizar os armamentos e receitas ganhos contra os próprios políticos que as conceberam. Aumentaram os roubos de petróleo e destruição das instalações das petrolíferas da região, criando-se a base do *Movement for the Emancipation of The Niger Delta* (MEND), uma rede de jovens insurgentes que lutam por melhorias de qualidade de vida na região do Delta do Níger. Desde então, o MEND vem ganhando cada vez mais simpatizantes e militantes (LEWIS, 2011; WATTS, 2008).

Nas eleições de 2007, Umaru Yar'Adua, candidato do partido governista, ganhou com 70% das intenções de voto. Sua vitória foi bastante contestada por observadores internacionais e por seus adversários (HERSKOVITS, 2007). A vitória simbolizou a consolidação de uma nova prática de corrupção no governo, a fraude eleitoral, além da hegemonia do *People's Democratic Party* (PDP), que desde então opera como uma máquina de ganhar eleições e divisão de controle entre apoiadores políticos. Fez com que crescesse a participação de personalidades das elites locais, os denominados *godfathers*, que oferecem dinheiro aos políticos e fazem campanha em suas zonas de influência. Em troca, exigem do governo cargos políticos e vozes no processo decisório. Desta forma, as eleições e o sistema

partidário na Nigéria se tornaram mais uma competição entre elites do que uma forma de veiculação de preferências políticas e ideológicas entre a população. (LEWIS, 2011)

O mandato de Yar'Adua foi bastante curto, devido a problemas de saúde que culminaram em sua morte em 2010. Todavia, cabe ressaltar que Yar'Adua, visando diminuir os ataques do MEND, iniciou um programa de anistia para os rebeldes presos. O processo foi continuado por seu sucessor, o presidente Goodluck Jonathan, de origem Ijaw, uma das minorias étnicas do Delta do Níger. Apesar de sua origem, a vitória de Jonathan nas eleições de 2011 acarretou diversos ataques do MEND. Além disso, o resultado eleitoral de 2011 colaborou para o aumento da violência na região islâmica do norte, devido à perda do candidato adversário Muhammadu Buhari (LEWIS, 2011).

Ao assumir a presidência em 1º de janeiro de 2012, Jonathan anunciou o fim do subsídio à combustíveis, iniciando uma nova onda de protestos e violência em todo o país. Declarou-se que a medida possibilitaria ao governo uma economia anual de US\$ 7,5 bilhões e permitira investimentos em áreas críticas do país, como infraestrutura rodoviária e fornecimento de energia elétrica. Realizava-se o subsídio com o intuito de oferecer à população gasolina e querosene a preços mais baixos do que o de mercado, pois, apesar de ser um grande exportador de petróleo bruto e possuir algumas refinarias, a Nigéria importa aproximadamente 70% de toda a gasolina que consome. Neste sentido, o subsídio a combustíveis pesa bastante no orçamento federal, contribuindo para um déficit fiscal que corresponde a 3% do PIB (BUSARI, 2012; UMAR; UMAR, 2013).

Todavia, a iniciativa fez subir o valor do litro da gasolina de US\$ 40 centavos para US\$ 86 centavos (53%) do dia para a noite. Revoltada com o aumento, a população saiu às ruas, argumentando que a medida pioraria ainda mais a condição de vida de todos, interrompendo o único benefício que os cidadãos ganhavam da extração de petróleo no país: os baixos preços da gasolina. Organizou-se, assim, o movimento social *Occupy Nigeria*, cujas proporções foram tão altas que fizeram com que o governo voltasse atrás e não cortasse o subsídio.

Apesar de a remoção do subsídio parecer benéfica à população, pois permitiria investimentos governamentais em áreas críticas, a reação da população a essa medida denota a desconfiança dos cidadãos nos políticos, que são considerados corruptos e incapazes de administrar receitas públicas com honestidade. É um reflexo de todas as injustiças e dificuldades que a população nigeriana enfrenta todos os dias. Acredita-se que o fim do subsídio agravará a pobreza, tendo em vista que a gasolina não é apenas utilizada em veículos, mas em geradores de energia domésticos, pois o fornecimento de energia elétrica pelo

governo é intermitente e não chega a todos os lares nigerianos (AKINWALE et al., 2013). Ademais, a medida resultaria no aumento do preço de outros serviços e produtos, como por exemplo transportes públicos, alimentos, alugueis e mensalidades escolares (BUSARI, 2012).

Outro problema a se ressaltar durante o governo Jonathan é o início de práticas terroristas contra cristãos em todo o país, pelo grupo fundamentalista islâmico *Boko Haram*, cuja tradução nominal significa “a educação ocidental é um pecado”. Apesar de não estar diretamente ligado à exploração de petróleo no país, Rogers (2012) aponta que a escalada da violência deve ser entendida a partir da marginalização econômica e política da sociedade nigeriana desde os choques externos da commodity na década de 1970. O aumento da pobreza no país, devido, sobretudo, a mazelas impostas pela atividade petrolífera, é acompanhada de desemprego, que é maior entre mulçumanos do Norte, aonde o *Boko Haram* recruta seus seguidores, do que entre cristãos do Sul. A pobreza e desemprego favorecem a falta de educação, ao passo que jovens precisam ajudar suas famílias desde cedo a sobreviver. Neste sentido, discursos islâmicos radicais, com promessas de vida melhor para mártires, convencem e atraem os indivíduos mais marginalizados do Norte do país a praticar atos terroristas.

2.6. Síntese do papel do petróleo na economia, política e sociedade na Nigéria.

Percebe-se, portanto, que a Nigéria é um país que enfrentou ao longo de sua história sérios desafios de ordem política, econômica e social que estiveram relacionados, sobretudo, a males advindos da exploração de petróleo e da subsequente má gestão governamental das receitas advindas do setor. A *commodity* esteve relacionada a vários dos episódios mais marcantes da história do país, como a guerra civil de 1967, aos mais de 30 anos de governo militar, à desestruturação da agricultura e da manufatura a partir da década de 1970, à crise econômica de 1980 e ao subsequente Programa de Ajuste Estrutural, aos violentos conflitos sociais no Delta do Níger e aos escândalos de corrupção envolvendo o ex-Chefe de Estado General Abacha na década de 1990 e a acontecimentos mais recentes, como o aparecimento do grupo armado MEND e dos protesto Occupy Nigeria e indiretamente com as atividades terroristas do grupo armado Boko Haram.

Economicamente, o país, mesmo depois de ter enfrentado a doença holandesa na década de 1970, até hoje possui uma fraca e desestimulada industrialização (UNIDO, 2011), uma agricultura insuficiente e mal aproveitada, além de um setor de mineração inoperante, apesar das gigantescas reservas de minerais sólidos (OMC, 2009). A dependência por petróleo torna

o país bastante vulnerável aos mercados externos, haja vista que o preço da commodity é fixado internacionalmente e, portanto, extremamente volátil a flutuações.

Politicamente, a Nigéria, cuja governança em regra foi dificultada pela competição étnica e religiosa e pelas oscilações entre governos militares e civis, foi transformada em um Estado rentista, ou seja, dependente de uma única renda, as receitas do petróleo (LEWIS, 2006). Desde então, aproximadamente 80% das receitas governamentais são composta por petrodólares, distribuídos entre os governos estaduais e locais e que também orientam os gastos públicos em infraestrutura e serviços básicos, como educação e saúde. Como o preço do petróleo é mutável, aumenta-se a incerteza quanto à continuidade de tais gastos governamentais. O governo se provou ineficiente em administrar a riqueza gerada, sendo incapaz de revertê-la em melhorias no padrão de qualidade de vida dos nigerianos, que prevaleceu estagnado e em vários casos deteriorou-se (DEMACHI, 2012; AHMAD; SINGH, 2003; NURUDEEN; USMAN, 2010; MURITALA; TAIWO, 2011). Os mais de 33 anos de totalitarismo militar concentraram essas rendas na esfera federal, fato que estimulou a ganância entre os militares e demais autoridades, favorecendo o aumento de casos de corrupção (SMITH, 2011).

Socialmente, os males gerados pela entrada de petrodólares e a consequente má administração pública dessas receitas repercutem até hoje na Nigéria colaboraram para o aumento da pobreza, do desemprego e das desigualdades sociais, dificultando, deste modo, o desenvolvimento humano do país. Entre 1970 e 1999, o petróleo gerou aproximadamente US\$ 231 bilhões. No entanto, essas receitas se mostraram falhas em gerar bem-estar à sociedade. Estima-se que entre 1970 a 1999, a renda *per capita* dos nigerianos declinou de US\$264 para US\$ 250 por ano (ROSS, 2003). Reflexos da pobreza e desemprego no país podem ser observados em acontecimentos mais recentes no país, como nos protestos *Occupy Nigeria* (BUSARI, 2012; AKINWALE et al., 2013) e nas atividades terroristas do *Boko Haram* (ROGERS, 2012)

A extração de petróleo foi acompanhada por constantes vazamentos de óleo e emissões de gases poluentes, que contaminaram a água e as terras das comunidades localizadas nas regiões ricas em petróleo, inviabilizando a pesca e plantio. Inibiu-se, então, desenvolvimento econômico desses povos e levando-os para a extrema pobreza. Isso motivou diversos movimentos sociais na região que exigiam ações em prol do desenvolvimento da região por parte tanto das multinacionais quanto do governo, como o MOSOP na década de 1990 e o MEND na década de 2000. Estes movimentos foram duramente reprimidos pelos militares a

pedido das multinacionais, fato que corrobora a inversão de *accountability* que os petrodólares causaram na esfera política federal e local. (CLARK et al, 1999; WATTS, 2008)

Todavia, apesar de todo este cenário de calamidade social, política e econômica, o país tem apresentado desde o início da década de 2000 altas taxas de crescimento econômico em termos de PIB, motivadas, sobretudo, pelos elevados preços internacionais do petróleo. Tal tendência tem chamado a atenção de alguns economistas, como a Goldman Sachs (2007), Willen Buiter (2011) e Jim O'Neill (2013).

Neste sentido, o próximo capítulo pretende analisar o crescimento econômico atual da Nigéria, a fim de constatar que avanços significativos para o desenvolvimento humano da sociedade não estão sendo atingidos. Afirma-se que mais uma vez os gigantescos fluxos de petrodólares que têm estimulado o crescimento econômico nigeriano não estão sendo administrados corretamente pelo governo, ao passo que a distribuição de receitas entre as esferas estaduais e locais os gastos públicos não têm sido suficientes para evitar o crescimento da pobreza e do desemprego.

3. Crescimento econômico e o Desenvolvimento humano na Nigéria entre 2003-2012

Após descrita a evolução do ambiente político, econômico e social da Nigéria desde sua independência aos dias de hoje, o objetivo deste capítulo é analisar o acelerado crescimento econômico nigeriano em contraponto ao subdesenvolvimento humano na Nigéria durante o a década de 2000.

Estima-se que o crescimento econômico daquele país foi fomentado, sobretudo, pelos altos preços do petróleo na década e pela decisão norte-americana de diversificar seus fornecedores de petróleo para outras regiões que não o Golfo da Pérsia. Paradoxalmente, o crescimento econômico do período não se traduziu em melhorias significativas para o desenvolvimento humano do país. Apesar de alguns indicadores relacionados à educação e saúde terem melhorado, a população nigeriana se tornou mais pobre e desigual, além de enfrentar maiores taxas de desemprego.

Para tanto, utilizou-se da análise de dados estatísticos oferecidos pelo Banco Mundial, *Central Bank of Nigeria (CBN)*, *U.S. Energy Information Administration (EIA)*, *Nigeria Bureau of Statistics (NBS)* e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Ademais, analisou-se fontes secundárias, sobretudo no que tange as explicações sobre o elevado preço do petróleo atual e sobre o Sistema de Receitas Federais da Nigéria. Relacionou-se, também, os achados ao referencial teórico descrito no primeiro capítulo.

3.1. Os altos preços do petróleo e crescimento do PIB nigeriano na década de 2000

Não há como negar que as taxas de crescimento do PIB nigeriano são impressionantes. Após fraco desempenho econômico por mais de duas décadas devido ao colapso dos preços do petróleo no início dos anos 1980, desde 2003, ano em que o PIB cresceu 10,9 %, o país africano figura entre os Estados em desenvolvimento que mais crescem no mundo, chamando a atenção de diversos economistas mundo a fora. O crescimento manteve-se elevado em 2004, atingindo uma taxa de 10,6%, mas diminuiu a partir de 2005, ano em que cresceu 5,4%. Em média, a economia cresceu 7,38% entre 2003 e 2012 (Tabela 1)

Tabela 1: PIB Nominal, PIB Real e taxas de crescimento 2000 - 2013

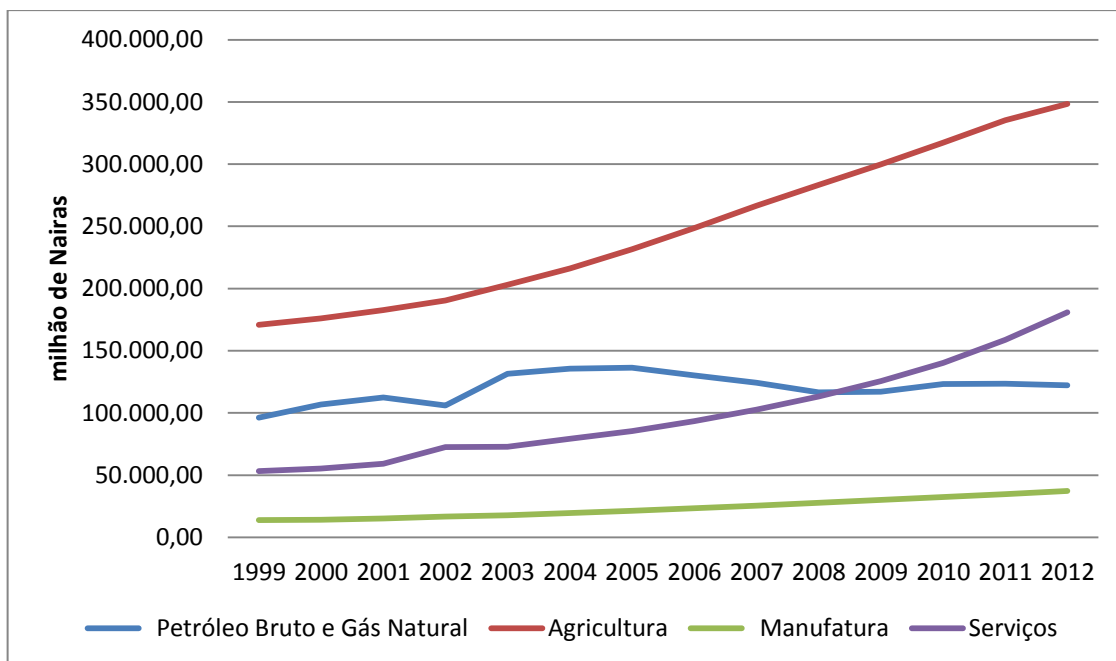
Ano	PIB Nominal (US\$ corrente)	PIB Real (US\$ 2005 contante)	% de crescimento PIB Real
2000	45.983.449.592,84	83.382.445.770,26	5,40
2001	47.999.667.359,67	85.967.301.589,14	3,10
2002	59.116.868.249,00	87.298.868.707,33	1,50
2003	67.655.840.076,76	96.290.652.184,19	10,30
2004	87.845.403.965,70	106.497.461.315,71	10,60
2005	112.248.324.226,76	112.248.324.226,76	5,40
2006	145.428.171.552,41	119.207.720.328,82	6,20
2007	165.920.723.490,96	126.896.413.380,02	6,45
2008	207.115.995.737,98	134.489.467.862,31	5,98
2009	168.587.267.756,16	143.849.636.338,58	6,97
2010	228.637.855.748,59	155.323.191.157,48	7,98
2011	243.985.812.280,32	166.748.014.437,05	7,35
2012	262.605.908.770,32	177.670.009.383,10	6,55

Fonte: Banco Mundial

O presente trabalho afirma que o crescimento nigeriano é atribuído tanto a condicionantes domésticos quanto externos. Internamente, apesar da extração de petróleo ter sido o motor do crescimento, tendo em vista que é a principal fonte de renda do Estado e principal item da pauta de exportações do país, a economia começou a apresentar sinais de diversificação, sobretudo a partir de 2004 e 2005. Como pode ser visto no Gráfico 1, que demonstra a evolução da participação dos diversos setores da economia na composição do PIB Real⁶, a produção agrícola demonstrou-se crescente em toda a década, assim como o setor de serviço, destacando-se o desempenho das telecomunicações e das instituições financeiras. Os setores manufatureiro e extrativo de minerais sólidos, contudo, continuaram inexpressivos para o crescimento econômico do país (CENTRAL BANK OF NIGERIA, 2012).

⁶ O PIB Real é calculado a preços constantes, ignorando-se, assim, a influência da inflação e dos preços sobre os componentes do PIB. A vantagem desse indicador é que ele consegue capturar com mais exatidão a evolução da produção dos setores da economia, diferente do PIB Nominal, que por ser calculado em moeda corrente, é influenciado pelas alterações de preços. (BANCO MUNDIAL)

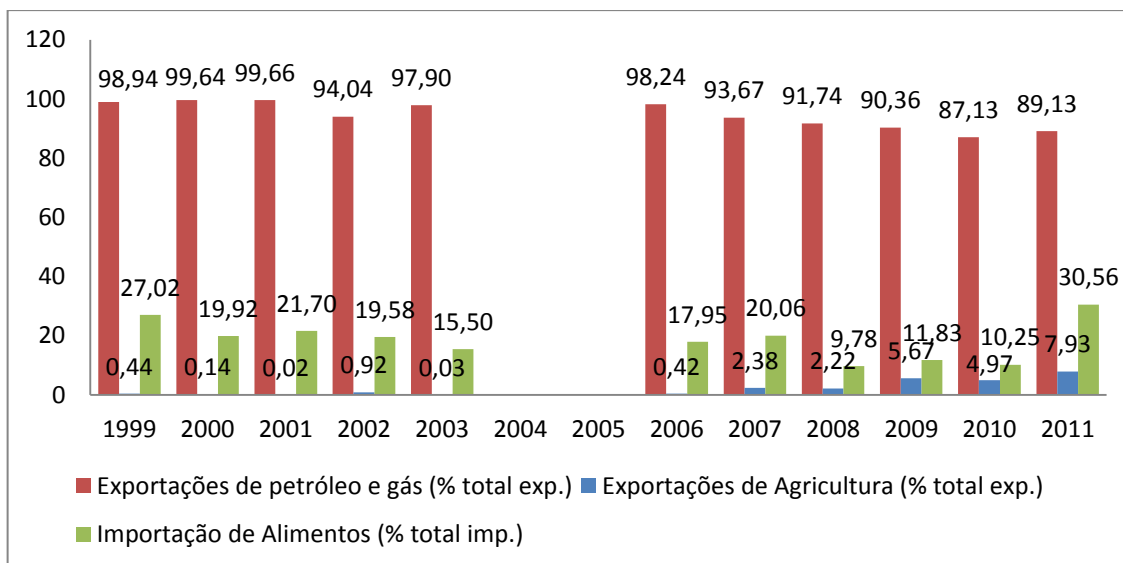
**Gráfico 1: Evolução da participação dos setores da economia na composição do PIB Real
(milhão de Nairas a preços contantes de 1990)**



Fonte: Central Bank Of Nigeria - 2012 Statistical Bulletin

Deve-se ressaltar que, apesar da agricultura ter aumentado sua produção, conforme o Gráfico 2 evidencia, a exportação de produtos agrícolas ainda é muito baixa em comparação às exportações de petróleo e gás natural. Ademais, as importações de alimentos são altas, o que sugere que a agricultura está concentrada em pequenas plantações, voltada para a subsistência de famílias nigerianas mais pobres. Entre 1999 a 2003, as exportações de petróleo contabilizaram em média 98,3% do total de exportações, enquanto os produtos agrícolas contribuíram em média 0,31% do total. De 2006 a 2011, as exportações de produtos agrícolas tiveram ligeira alta, totalizando em média 3,93% de todos os itens exportados, enquanto a média das exportações de petróleo e gás natural sofreu leve queda em relação ao quantum total, contabilizando 91,71%. Cabe ressaltar que para os anos de 2004 e 2005 não há dados sobre comércio exterior disponíveis (BANCO MUNDIAL).

Gráfico 2: Comparação entre os percentuais de exportação de petróleo e gás natural, exportações de produtos agrícolas e importações de alimentos



Fonte: Banco Mundial

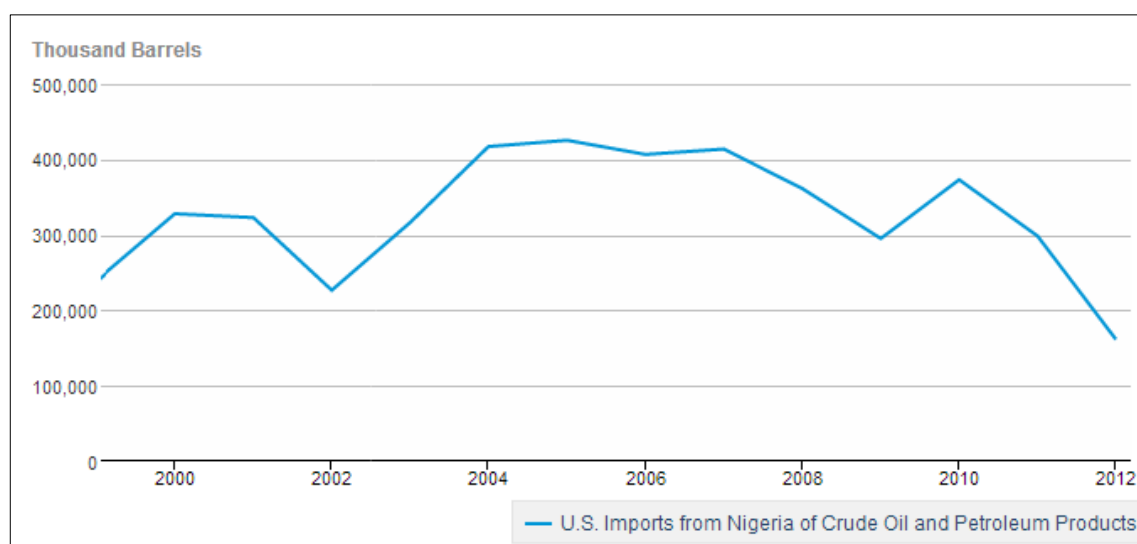
Apesar dos sinais de diversificação econômica, as altas taxas de crescimento econômico na Nigéria estão muito mais relacionadas a condicionantes externos que impactaram diretamente na entrada de grandes fluxos de petrodólares na economia do país. Desse modo, destacam-se dois fatores externos: a) o aumento do interesse dos Estados Unidos da América (EUA) pelo petróleo nigeriano, favorecido pela adoção da *National Energy Policy* em 2001, que, além de visar solucionar a crise energética do país, buscava diversificar seus fornecedores de petróleo devido a questões de segurança nacional (KLARE, 2003; WATTS, 2008) e pelo relatório *More Than Humanitarianism: A Strategic U.S. Approach Toward Africa* elaborado pelo Conselho de Assuntos Internacionais (CFR, sigla em inglês) em 2005, que aborda a crescente importância estratégico-internacional da África Subsaariana (CFR, 2005); e b) à escalada dos preços internacionais do petróleo desde 2003, motivados por diversos acontecimentos internacionais no período.

Quando assumiu a Presidência dos EUA em 2001, a prioridade da política externa de George W. Bush não era a Guerra ao Terror ou a caçada a armas de destruição de massa. Ao contrário, era o aumento da oferta de petróleo importado no mercado norte-americano, com o intuito de solucionar uma crise energética que abalava o país desde a gestão anterior. Para isso, Bush convocou um grupo de especialistas, comandado por seu vice-presidente Dick Cheney, a fim de elaborar um plano de longo prazo para solucionar o problema. Como consequência, surgiu a *National Energy Policy* (NEP) em maio de 2001, que propunha desacelerar o crescimento da dependência dos EUA em petróleo importado, fomentando a

produção doméstica. Todavia, o plano reconhecia que o fim da dependência seria gradual, com o intuito de não colapsar o mercado de petróleo internacional, fato que afetaria negativamente seus principais parceiros internacionais, Japão e União Europeia, e igualmente atrapalharia as relações dos EUA com países do Golfo Pérsico, sobretudo Arábia Saudita e Iraque. Portanto, em um primeiro momento estimava-se que a dependência pelo petróleo do Golfo Pérsico aumentaria, sendo isto uma ameaça para a segurança nacional e energética norte-americana, haja vista que deixaria o país vulnerável a choques externos, a interrupções de fornecimento e em casos piores, chantagens políticas. Para contornar isso, foi definido como ação imediata diversificar os fornecedores de petróleo, incentivando o aumento importações de áreas além do Golfo Pérsico, como do Golfo da Guiné, sobretudo da Nigéria (KLARE, 2003). Os posteriores ataques de 11/9 corroboraram para a necessidade de acabar com a “dependência em poderes estrangeiros que não tem os interesses americanos no coração” (CHENEY *apud* WATTS, 2008).

Desde então, as importações de petróleo nigeriano pelos EUA aumentaram substancialmente entre 2002 e 2007 como mostra o Gráfico 3, e o país africano tornou-se o 5º maior fornecedor de petróleo bruto para os EUA, atrás apenas de Canadá, Arábia Saudita, México e Venezuela. Atualmente as importações norte-americanas encontram-se em queda.

Gráfico 3: Importações de petróleo bruto nigeriano pelos EUA 2000-2012



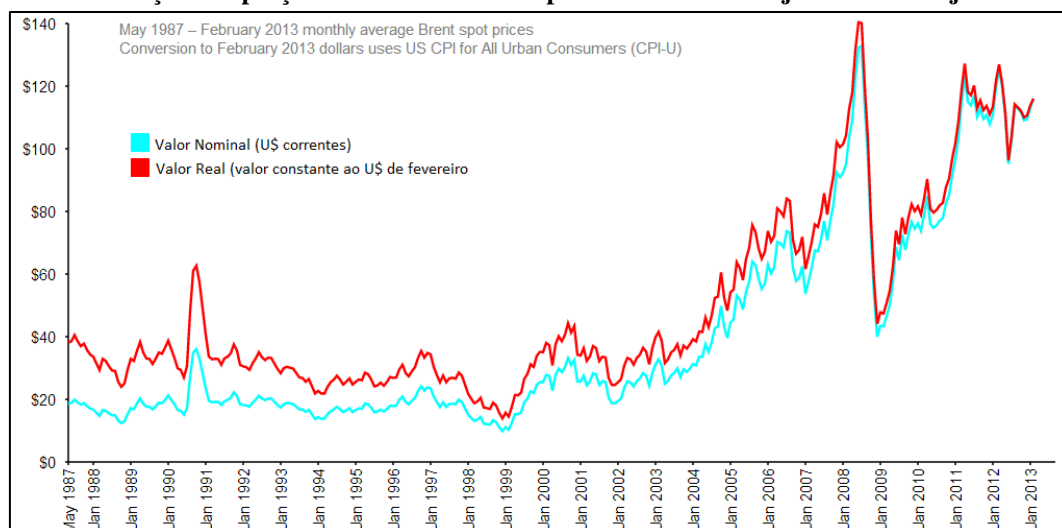
Fonte: U.S. Energy Information Administration (EIA)

O relatório *More Than Humanitarianism: A Strategic U.S. Approach Toward Africa*, reforça a política de segurança e diversificação energética dos EUA, ao recomendar que o governo norte-americano passe a valorizar a crescente importância estratégica da África subsaariana para o mundo, devendo, portanto, estabelecer relações com o continente que vão

além do humanitarismo. O potencial energético da região, sobretudo do Golfo da Guiné, é exacerbado como um dos maiores polos de fornecimento de petróleo com baixo teor de enxofre do mundo, sendo um bom local para os Estados Unidos firmarem comprometerimentos comerciais mais vantajosos, tendo a possibilidade de diversificar, assim, suas importações do Oriente Médio. Ademais, o relatório declara que o potencial energético da região figura entre os interesse de outras potências, como China, Coréia do Sul e Brasil, que estão investindo na prospecção de petróleo e gás natural lá. Deste modo, caberia aos EUA e suas multinacionais também investirem em países como Nigéria e Angola (CFR, 2005). De acordo com Watts (2008), este relatório foi bastante importante para estimular os investimentos externos diretos (IED) de petrolíferas estadunidenses para Nigéria e Angola, que juntas receberam mais de US\$ 40 bilhões em investimentos na década de 2000. Os investimentos no setor petrolífero representam mais de 50% de todo o IED direcionado para o continente e quase 90% das fusões e aquisições realizadas se dão no setor petrolífero.

Outro fator internacional de grande contribuição para o crescimento nigeriano foi a escalada dos preços internacionais do petróleo a partir de 2003, ano em que o valor do barril de petróleo subiu 19% em relação a 2002, atingindo US\$ 30,00. Em 2004, o preço mais do que dobrou, valorizando-se para US\$ 56,37 no mês de outubro. Em 2006 o preço atingiu US\$ 70,00 e continuou crescente até 2008, quando o barril superou os US\$ 100,00. Entretanto, a falência do Banco Lehman Brothers e a deflagração da Crise Financeira Global desestabilizaram os preços, fazendo-os cair abruptamente nos dois primeiros meses de 2009 para US\$35,00. A partir de março de 2009 os preços voltaram a subir e mantiveram-se elevados desde então (Gráfico 4).

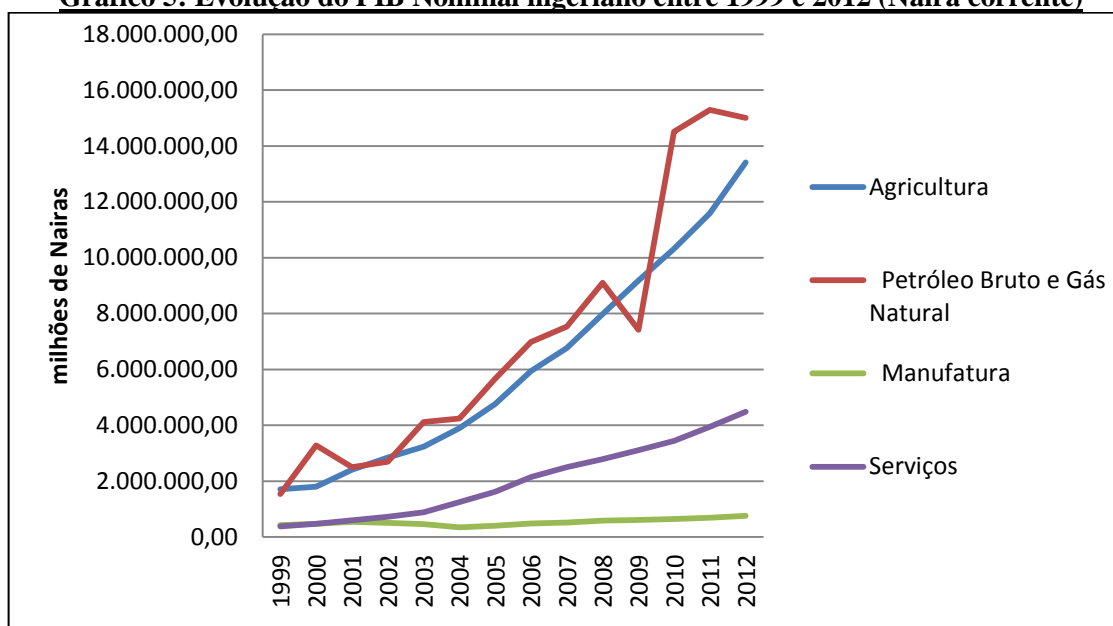
Gráfico 4: Evolução dos preços nominais e reais do petróleo bruto entre janeiro 1987 a janeiro de 2013



Fonte: Energy Information Administration (EIA)

A alta dos preços a partir de 2003 pode ser explicada por diversos motivos relacionados à conjuntura internacional da época. Primeiramente, destaca-se o aumento da demanda por petróleo em países emergentes, mais notavelmente China e Índia, e nos EUA. Este aumento de demanda, no entanto, foi superior ao crescimento da oferta de petróleo em países não membros da Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP), sobretudo nos EUA, no qual o Furacão Katrina e depois o Furacão Rita desestabilizaram a exploração petrolífera na região do Golfo do México, e nos países do Mar do Norte. Soma-se a isso que problemas geopolíticos em grandes produtores da OPEP diminuíram a exploração e aumentaram o risco de futuras interrupções, destacando-se a Guerra do Iraque; os ataques de rebeldes do MEND a instalações de petrolíferas no Delta do Níger entre 2005 e 2006, que obrigaram as petrolíferas da região a operar em baixa capacidade a fim de não terem perdas significativas; e a greve dos funcionários da PDVSA na Venezuela entre dezembro de 2002 e fevereiro de 2003, que desestabilizou a produção no país sul-americano nos anos subsequentes (EIA, 2006). Outros episódios bastante relevantes para o aumento dos preços foram novos ataques na Nigéria no Ano Novo de 2008, a Primavera Árabe, a guerra civil na Líbia em 2011, o embargo europeu ao Irã como forma de protesto ao programa nuclear do país persa e a crise na Síria em 2012. (EIA, 2012)

É possível verificar o impacto da alta dos preços internacionais do petróleo analisando a evolução do desempenho do setor petrolífero no PIB Nominal (Gráfico 5), vez que esta métrica, diferente do PIB Real, é calculada a preços correntes ano a ano. Por esta ótica, a performance do setor petrolífero é amplamente crescente entre 2003 e 2008, anos em que os preços internacionais da *commodity* dispararam. Devido à Crise Financeira Global e a queda abrupta nos preços internacionais do petróleo, a participação do setor petrolífero no PIB Nominal decaiu no ano de 2009, tornando a subir quando o preço do petróleo voltou a crescer.

Gráfico 5: Evolução do PIB Nominal nigeriano entre 1999 e 2012 (Naira corrente)

Fonte: Central Bank Of Nigeria - 2012 Statistical Bulletin

Por fim, relacionando-se o crescimento nigeriano atual à tese da “maldição do petróleo”, não se verifica sinais de que a doença holandesa esteja acontecendo na Nigéria, fato que é bastante positivo para a economia do país. Diferente dos anos 1970, quando o choque do petróleo culminou na deterioração do setor agrícola, a agricultura na década de 2000 apresentou sinais de crescimento mesmo com os preços do petróleo escalando ano a ano. A composição do PIB tem se diversificado, porém, o comércio exterior do país é ainda muito concentrado nas exportações de petróleo, bem como o orçamento do governo é extremamente dependente de petrodólares. Os altos preços internacionais do petróleo na década e a decisão norte-americana de buscar novos fornecedores da *commodity* alavancaram as exportações de petróleo nigeriano, culminando no aumento das receitas públicas, como se verá na seção a seguir. Deste modo, conclui-se que o motor do crescimento econômico nigeriano, apesar da diversificação setorial da economia, é o setor petrolífero.

3.2. A má administração governamental dos petrodólares e a não reversão do crescimento econômico em desenvolvimento humano na Nigéria

De acordo com Stiglitz et al. (2009), estatísticas de crescimento do PIB não incluem uma avaliação adequada sobre o desempenho econômico de um país, tendo em vista que negligenciam o desenvolvimento humano da população e a sustentabilidade da economia. Os benefícios do aumento do PIB podem migrar apenas para alguns poucos indivíduos, polarizando ainda mais a sociedade entre ricos e pobres. Segundo Anand e Sen (2000), o

desenvolvimento humano requer tanto o aumento da renda *per capita* da população quanto o incremento das receitas públicas destinadas à melhoria das “capacidades humanas básicas” por meio de serviços públicos de qualidade, como educação, saúde, prevenção epidemiológica, saneamento básico e provisão de água potável, que são extremamente relevantes para o controle da pobreza. Neste sentido, mais do que se preocupar com o incremento do PIB, devemos nos atentar a métricas que avaliem a qualidade de vida para termos uma visão mais completa da economia de um país.

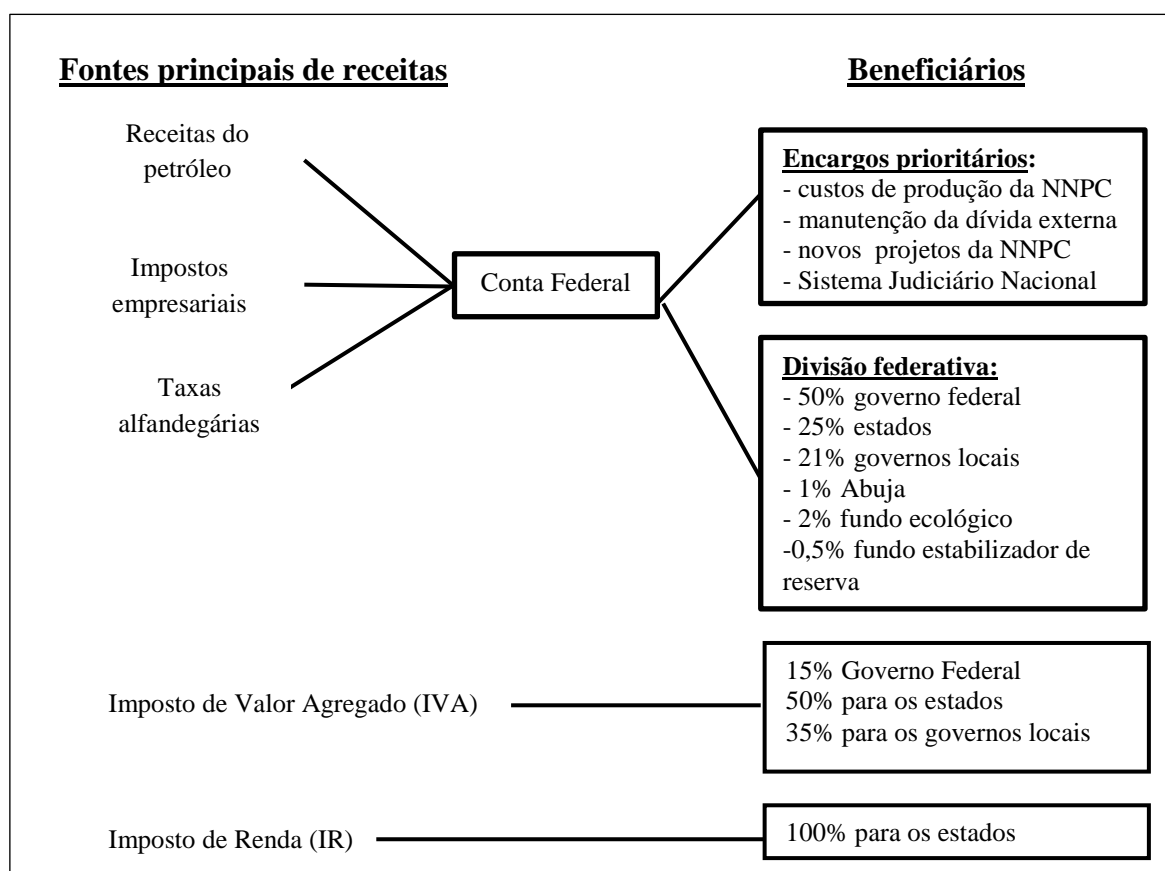
Na última década, o acelerado crescimento econômico da Nigéria foi amplamente motivado pelo aumento dos fluxos de petrodólares na economia, inchando o montante de receitas coletadas pelo governo e, por conseguinte, elevando os gastos públicos. Paradoxalmente, o aumento do orçamento governamental e dos gastos públicos não têm se revertido em significativos avanços de desenvolvimento humano, tendo em vista que a Nigéria figura entre os países com maior quantidade de pobres no mundo (NURUDEEN; USMAN, 2010), possuindo baixos índices educacionais e de saúde. Apesar de possuir taxa de crescimento populacional ascendente nos últimos dez anos, o crescimento do PIB não tem sido suficiente para aliviar o desemprego entre jovens, fator que colabora para o aumento da pobreza e subseqüente subdesenvolvimento humano (GARCIA et al., 2006; AIYEDOGBON; OHWOFASA, 2012).

O Sistema de Receitas Federais da Nigéria é composto por três camadas: o governo federal, os estados e governos locais. Para contornar as pressões pelo controle da renda do petróleo e diluir rivalidades étnicas e regionais, o governo federal aumentou o número de estados ao longo da história da Nigéria. Desta forma, de quatro regiões administrativas existentes na independência, a composição federal se transformou, atualmente, no presente para 36 estados e o Território da Capital Federal. De acordo com a Constituição do país, o governo federal é responsável pela defesa, relações exteriores, manutenção da lei e ordem pública, rodovias federais, correio e comunicação, controle aéreo e marítimo. Os estados devem prover educação, saúde, trabalhos públicos e assegurar a promoção do crescimento econômico e social. Para governos locais, seus papéis institucionais variam de cidade para cidade, mas no geral eles atuam basicamente como agentes do governo estadual e se responsabilizam pela provisão de infraestrutura urbana e serviços correlatos, como abastecimento de água, saneamento básico e coleta de lixo, possuindo uma participação limitada na provisão de saúde e educação (AHMAD; SINGH, 2003).

Estados e governos locais são financiados por três tipos de fontes de receitas: a) suas próprias receitas coletadas; b) as receitas que eles dividem com o governo federal; e c)

transferências da Conta Federal (Figura 1). A coleta de impostos é de responsabilidade das autoridades centrais, enquanto as receitas coletadas pelos próprios estados são devidas a serviços que eles mesmos oferecem como venda de selos postais, pedágios, serviços de registro em cartórios, taxas de utilização de esgoto e eletricidade pública. A exceção é o Imposto de Renda (IR), que é coletado pelos estados. Todavia, as taxas e IR coletado pelos estados representam um valor muito baixo, insuficientes para arcar com os custos administrativos estaduais e locais. Deste modo, os governos estaduais e locais dependem enormemente de transferências da Conta Federal e da porcentagem que têm por direito do montante recolhido pelo Imposto de Valor Agregado (IVA), que incide sobre os bens e serviços que são registrados no país para serem comercializados. Os governos estaduais ficam com 50% do IVA coletados em seus estados e os governos locais com 25% do IVA coletado em suas cidades. No entanto, muitas pessoas não registram os bens e serviços que comercializam nos órgãos competentes e, portanto, não são taxados pelo imposto, operando na ilegalidade. Por sua vez, a Conta Federal é financiada pelas receitas do petróleo, Impostos de Renda Empresarial e taxas alfandegárias (AHMAD; SINGH, 2003)

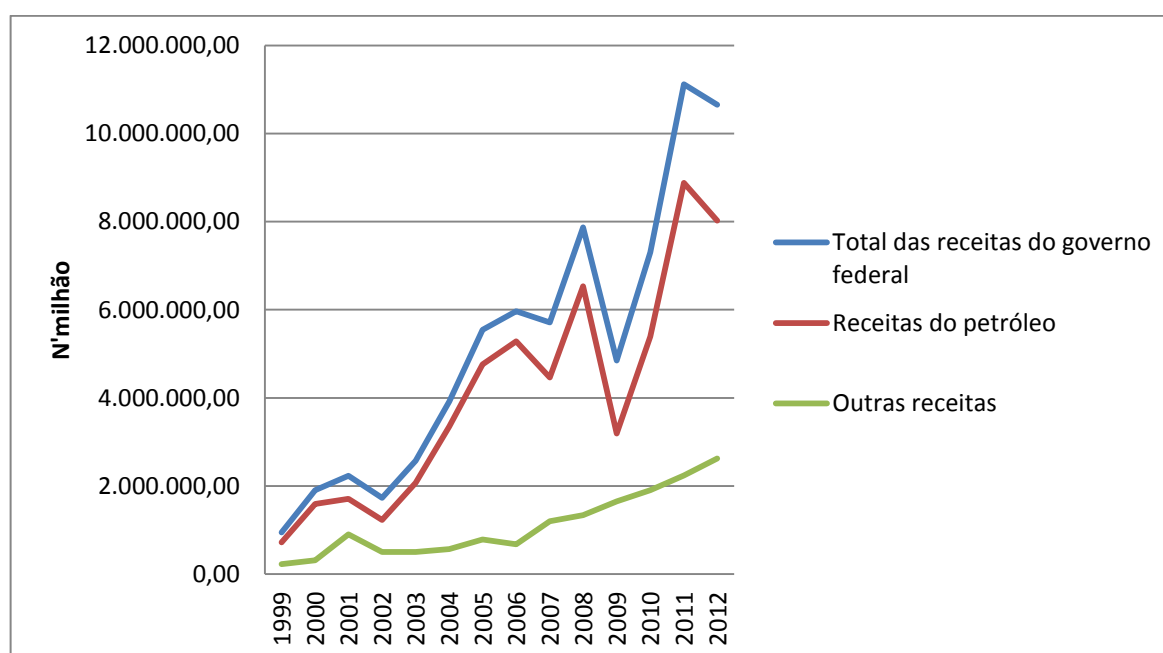
Figura 1: Fluxos intergovernamentais de distribuição de receitas na Nigéria



Fonte: Ahmad e Singh (2003)

Todavia, a Conta Federal, como pode ser observada no Gráfico 6, é amplamente dependente das receitas provenientes do petróleo. Deste modo, choques externos nos preços do petróleo impactam diretamente o montante da Conta Federal e a subsequente distribuição das receitas entre estados e governos locais. A dependência por petrodólares, portanto, torna os orçamentos públicos voláteis e incertos, como pode ser percebido em 2009, quando devido à queda nos preços internacionais do petróleo as receitas governamentais diminuíram na mesma proporção que a entrada de receitas do setor petrolífero. Tal fato vai ao encontro ao postulado por Humphreys et al. (2007) sobre a volatilidade e incerteza das receitas governamentais em países petrolíferos. Entre 2003 e 2008, período de alta nos preços do petróleo, 83,73% do que foi coletado era composto por petrodólares. Em 2009 esta porcentagem caiu para 65,88%, tornado a subir em 2010, 2011 e 2012, anos em que os petrodólares contabilizaram 73,88%, 79,86% e 75,32% respectivamente (CENTRAL BANK OF NIGERIA, 2012)

Gráfico 6: Evolução e composição da Conta Federal, 1999-2012



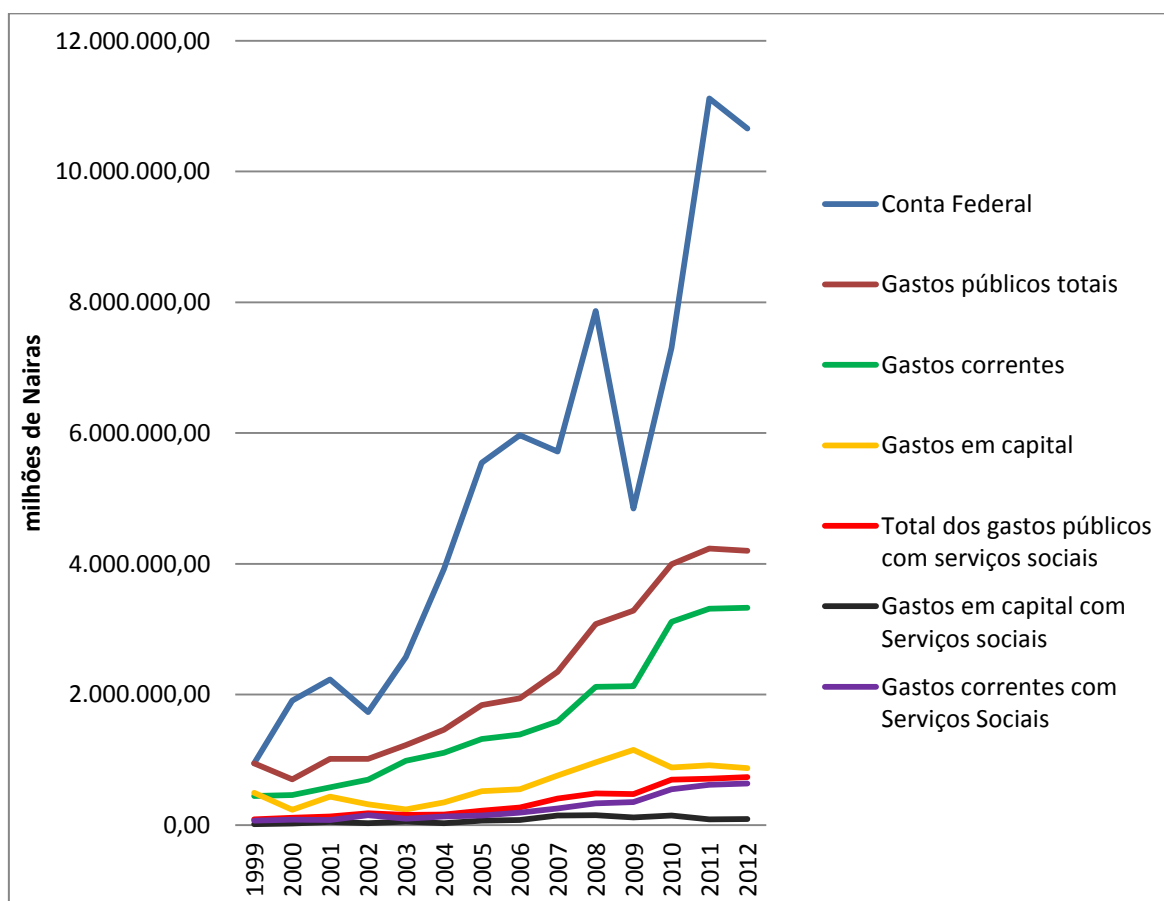
Fonte: Central Bank Of Nigeria - 2012 Statistical Bulletin

Além de representar uma importante fonte de renda para os estados e governos locais, a Conta Federal financia alguns encargos prioritários. Seus recursos, portanto, são destinados, em ordem de prioridade, para arcar com os custos de produção da *Nigerian National Petroleum Corporation* (NNPC), com a manutenção da dívida externa, com investimentos em novos projetos da NNPC e com as despesas do Judiciário Nacional. Desde 1999, os encargos prioritários incluem também a alocação de 13% das receitas do petróleo em cada um

dos estados produtores (AHMAD; SINGH, 2003). Entretanto, não está incluso nos encargos prioritários do governo federal a preocupação em solucionar a pobreza e o subdesenvolvimento humano da população nigeriana.

A distribuição das receitas entre os estados viabiliza os gastos públicos. A estrutura dos gastos públicos nigerianos é categorizada entre gastos correntes e gastos em capital. Os gastos em capital são aqueles que se referem à formação ou aquisição de um bem de capital, como a construção de novas estradas, aeroportos, infraestrutura e equipamentos escolares e hospitalares. Por sua vez, os gastos correntes são destinados à manutenção e ao funcionamento dos serviços públicos, pagamento de salários, pensões e aposentadorias. Na última década, o orçamento federal nigeriano superou o nível de milhões de nairas para bilhões de nairas e atualmente é superior a um trilhão de nairas. Dever-se-ia esperar, portanto, que os gastos públicos se revertissem em melhoria da qualidade de vida dos cidadãos (MURITALA; TAIWO, 2011). Contudo, ao analisar os gastos públicos, percebe-se que os gastos com serviços sociais (educação e saúde) são muito baixos em comparação à composição da Conta Federal e os gastos públicos totais (Gráfico 7)

Gráfico 7: Comparação entre a Conta Federal gastos públicos correntes, gastos públicos em capital e gastos públicos em serviços sociais (1999-2012)

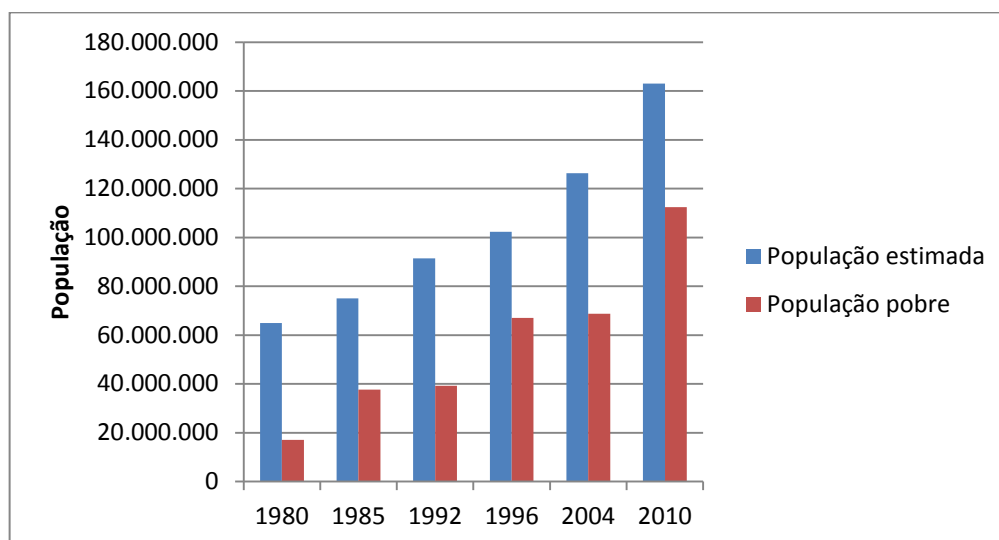


Fonte: Central Bank of Nigeria - 2012 Statistical Bulletin

Segundo o gráfico, os gastos públicos em serviços sociais são quase que inteiramente compostos por gastos correntes, contabilizando 87% das despesas em 2012, enquanto os gastos em capital somaram 13% em 2012. Isto significa que, apesar do governo gastar com salários de professores e médicos e com a manutenção fixa de escolas e hospitais públicos, ele não investe em novos equipamentos e na construção de novos estabelecimentos relacionados a estes setores. Os gastos públicos correntes nigerianos estiveram concentrados em sua maioria para arcar com custos administrativos, como custeios das Forças Armadas, segurança internacional e manutenção do Congresso Nacional. Quanto aos gastos em capital, estes são mais voltados para aquisição de equipamentos e máquinas ligados ao setor petrolífero (CENTRAL BANK OF NIGERIA, 2012).

Em contrapartida ao aumento do orçamento governamental e dos gastos públicos, temos o aumento da pobreza, das desigualdades sociais e do desemprego, a deterioração de alguns indicadores relacionados à saúde e à educação e a piora do Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado às Desigualdades (IDHAD). Neste sentido, os próximos parágrafos descreveram a situação de cada um dos indicadores acima, na ordem em que eles foram mencionados.

Pobreza é um grave problema na Nigéria. De acordo com estatísticas do Banco Mundial, 68% da população do país vivia com menos de U\$ 1,25 por dia no ano de 2010 contra 63,1% em 2004. A dimensão do problema é ainda mais alarmante quando se mensura a porcentagem da população que vive com menos de U\$ 2,00: 84,5% em 2010 contra 83,1% em 2004. Segundo o relatório mais recente sobre pobreza divulgado pela *Nigerian Bureau of Statistics* (NBS) (2012), o número de nigerianos vivendo abaixo da linha de pobreza cresceu de 68,7 milhões para 112,5 milhões (63,7% de aumento na incidência de pobreza) entre 2004 e 2010, enquanto a população total cresceu de 139,2 milhões para 158,6 milhões no mesmo período (13,9% de crescimento). Além da abordagem proposta pelo Banco Mundial, a NBS utiliza outros três métodos para mensurar a pobreza do país: a) pobreza relativa; b) pobreza absoluta; e c) pobreza subjetiva.

Gráfico 8: População total versus população pobre, 1980-2010

Fonte: NBS, Harmonized Nigeria Living Standard Survey, 2010

A pobreza relativa é definida em referência ao padrão de vida da maioria da sociedade, separando os pobres dos não pobres. Famílias cujos gastos são maiores que dois terços do total da renda familiar *per capita* são consideradas não-pobres enquanto as que gastam menos do que isso são consideradas pobres. Além disso, famílias que gastam menos do que um terço do total da renda familiar *per capita* figuram entre os pobres extremos, enquanto aquelas que gastam mais do que um terço, mas menos do que dois terços do total da renda familiar *per capita* são consideradas pobres moderados. Em 2004, a pobreza relativa na Nigéria acometia 54,4% da população, contudo, em 2010 este valor subiu para 69%. A quantidade de não-pobres decaiu de 43,3% em 2004 para 31% em 2010, assim como a porcentagem de pobres moderados sofreu ligeira queda de 32,4% para 30,3% no mesmo período. O número de pobres extremos, por outro lado, cresceu de 22% em 2004 para 38,7%. A título de comparação, em 1980, no auge da crise nigeriana, os não pobres constituíam 72,8% da população e os pobres extremos apenas 6,2% da população (NBS, 2012).

Tabela 2: Não-pobres, pobres moderados e pobres extremos de acordo com a mensuração da pobreza relativa, 1980-2010

Ano	Não pobres	Pobres Moderados	Pobres Extremos
1980	72,8	21	6,2
1985	53,7	34,2	12,1
1992	57,3	28,9	13,9
1996	34,4	36,3	29,3
2004	43,3	32,4	22
2010	31	30,3	38,7

Fonte: NBS, Harmonized Nigeria Living Standard Survey, 2010

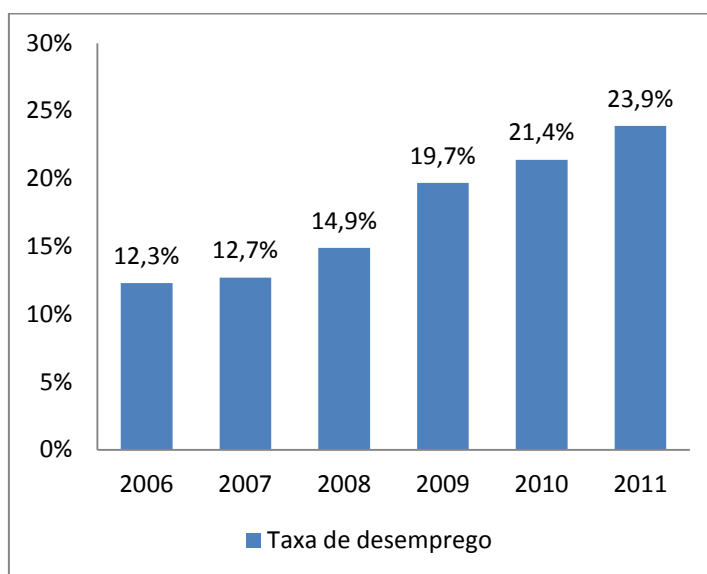
A pobreza absoluta é definida em termos de requerimentos mínimos para custear padrões mínimos de alimentação, vestuário, saúde e abrigo. Este método considera tanto o gasto com alimentação quanto os gastos não destinados a alimentação, utilizando a abordagem dos gastos *per capita*. Por este indicador, a incidência de pobres saltou de 54,7% em 2004 para 60,9% em 2010 (NBS, 2012).

Por fim, a pobreza subjetiva é baseada em auto avaliações e sentimentos dos entrevistados. Diferente dos outros métodos, pergunta às pessoas se elas se consideram pobres ou não. O resultado é periclitante por esta abordagem, ao passo que em 2004, 75,5% da população se considerava pobre, em 2010, subiu para 93,9% da população (NBS, 2012).

No que tange às desigualdades sociais, o aumento da pobreza no período estudado resultou na piora do índice de Gini ⁷ de 0,429 em 2004 para 0,447 em 2010. Os gastos em consumo pessoal indicam que os 10% mais ricos do país foram responsáveis por 43% dos gastos em 2010, valor que em 2004 era 32,42%; enquanto 59% do consumo, por sua vez, ficou concentrado entre os 20% mais ricos em 2010, contra 48,61% em 2004 (NBS, 2012).

A *Nigeria Bureau of Statistics* (2012) explica o aumento da pobreza em decorrência do número de desempregados. A Nigéria possui um crescimento populacional de aproximadamente 2,6% ao ano e uma estrutura demográfica que sugere a entrada de 1,8 milhões de jovens entre 2006 e 2010 no mercado de trabalho. Contudo, muitos destes jovens não conseguem encontrar um emprego ou então ficam subempregados. Neste sentido, a taxa de desemprego subiu de 12,3% em 2006 para 23,9% em 2011. Se avaliado apenas entre os jovens, o resultado é ainda pior. Em 2011, 37,7% dos nigerianos com 15 a 24 anos e 22,4% entre 25 a 44 anos tentaram encontrar um emprego, mas não conseguiram (BGL, 2012). Segundo o *CIA World Factbook* (2013), estes resultados posicionam a Nigéria como o 171º país no quesito oferecimento de empregos.

⁷ Para o índice de Gini, quanto mais próximo o valor for de 0, menos desigualdades de renda ele possui, e quanto mais próximo de 1, mais desigual é a sociedade em termos de renda.

Gráfico 9: Desemprego na Nigéria, 2006-2011

Fonte: BGL Research & Intelligence (2012)

Quando o desemprego/subemprego é avaliado junto à utilização de recursos, torna-se um fato de que a economia nigeriana opera abaixo de seu potencial produtivo. Os índices de desenvolvimento do setor manufatureiro, agrícola e da exploração de minerais sólidos sugere capacidade ociosa e desperdício de mão de obra. Apesar de ter crescido, como demonstrado na primeira seção deste capítulo, a produtividade agrícola nigeriana medida por campos plantados por hectare é uma das mais baixas do mundo. Considerando-se a fertilidade natural do solo nigeriano e o clima amigável ao plantio, o crescimento médio de 5% ao ano do setor poderia facilmente dobrar caso investimentos governamentais fossem melhor alocados no setor (BGL RESEARCH, 2012). O setor petrolífero, por sua vez, caracteriza-se por ser capital intensivo e por se desenvolver independentemente de outros setores industriais e sem a participação de grandes segmentos empregatícios (HUMPHREYS et al., 2007). Neste sentido, o crescimento nigeriano tem sido orientado por um setor que gera poucos empregos para a sua população.

Segundo Aiyedogbon e Ohwofosa (2012), o impacto do desemprego na pobreza é intergeracional. Pais e mães, devido ao desemprego, enfrentam um *trade-off* entre mandar seus filhos para escola ou para ganhar algum sustento nas ruas, optando no geral pela última opção com vista à sobrevivência da família. A pobreza inviabiliza que as famílias tenham gastos como comprar uniformes e materiais escolares e com transporte escolar, tendo em vista que em muitas localidades as escolas são muito distantes das comunidades. Segundo estatísticas do Banco Mundial, em 2004, mais de 7 milhões de crianças encontravam-se fora da escola primária, número que em 2010 subiu para 10,5 milhões (67% de crescimento). A

UNICEF, por sua vez, estima que 40% das crianças nigerianas entre 6 e 11 anos de idade não estão matriculadas em nenhuma escola, sendo este índice ainda pior entre as crianças do norte. Isso frustra tanto os pais quanto os filhos, perpetuando um ciclo de pobreza. Acredita-se ser isso a base de conflitos sociais violentos como os que ocorrem no Delta do Níger pelo MEND e no norte do país, onde o *Boko Haram* profere ataques sangrentos.

De acordo com Stiglitz et al. (2009), a educação é importante por providenciar habilidades e competências que norteiam a produção econômica. No que diz respeito ao desenvolvimento humano, a educação impacta diretamente a qualidade de vida dos indivíduos, tendo em vista que pessoas educadas, geralmente, têm melhor saúde, menos chances de serem desempregadas e possuem maior envolvimento na vida política. Porém, o cenário da educação nigeriana vai contra isto. Segundo Omosewo et al.(2009), a educação ensinada nas escolas em todos os níveis não qualifica os nigerianos o tanto necessário que é exigido pelos mercados.

Um exemplo disso é o emprego no setor petrolífero, que apesar de não requerer tantos funcionários, utiliza mão de obra estrangeira por considerar que a mão de obra local é desqualificada para tal exercício. Além do mais, as escolas públicas, sobretudo as de ensino básico, possuem instalações precárias, com supervisão e diretoria inadequada, poucos professores, carência de investimentos, materiais escolares caros e altas taxas de abandono, fatores que desestimulam a educação entre jovens, sobretudo entre os pobres. Deve-se reconhecer, entretanto, que a taxa de alfabetismo entre adultos (de 15 anos para cima) subiu de 54,77% em 2003 para 61,33% em 2010 (BANCO MUNDIAL).

Outra questão a se avaliar é a saúde pública na Nigéria. De acordo com Garcia et al.(2006), a provisão de serviços públicos de saúde básica é uma das principais formas de condicionar avanços no desenvolvimento humano da população, reduzindo a pobreza. No entanto, pouco tem sido feito pelo setor. De acordo com o Banco Mundial, apenas 1,95% do PIB foi investido em saúde pública em 2012. O país apresenta uma taxa de 3,5% de prevalência de AIDS na população adulta, que apesar de ser um valor inferior a muitos países africanos, em números absolutos totaliza 3,3 milhões de infectados, elevando a Nigéria como o segundo país com maior número de aidéticos no mundo, atrás apenas da África do Sul (5,6 milhões de infectados) (CIA, 2013). A desnutrição entre as crianças com menos de 5 anos também é bastante alta, afetando 24,4% das crianças em 2011, posicionando o país como o 15º com mais desnutrição entre crianças (BANCO MUNDIAL; CIA, 2013). A expectativa de vida, por sua vez, apresentou melhoras nos últimos anos, subindo de 46,62 no ano 2000 para 52,46 em 2012. No entanto, o valor é pequeno se comparado com o restante do mundo, fato

corroborado pelo ranking do CIA *World Factbook* (2013), que aloca o país na 212ª posição entre 223 avaliados. A título de comparação, a distância entre a Nigéria e o último colocado, o Chade (49 anos de expectativa de vida), é muito pequena.

Por fim, após se analisar o padrão de vida da população, assolada pela pobreza, pelo desemprego e pelas precárias condições educacionais e de saúde da Nigéria, ressalta-se o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado às Desigualdades (IDHAD) do país. Este índice é uma novidade apresentada no Relatório de Desenvolvimento Humano de 2010, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que pretende corrigir uma falha cometida pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) convencional, ajustando cada uma de suas dimensões (expectativa de vida, anos destinados à educação básica e renda *per capita*) ao nível de desigualdade social presente nos países. Neste sentido, o IDHAD é atualmente considerado pelo PNUD como a métrica mais adequada para se mensurar o real desenvolvimento humano de um país. O caso da Nigéria retrata bem a superioridade do IDHAD em relação ao IDH como indicador de desenvolvimento humano. No período entre 2005 e 2012 o IDH nigeriano subiu de 0,434 para 0,471, sobretudo devido ao crescimento da taxa de expectativa de vida. Porém, quando este valor é ajustado às desigualdades sociais, o IDH cai para 0,276, uma queda de 41,4% devida às desigualdades na distribuição das três dimensões do índice. Este valor posiciona o desenvolvimento humano da Nigéria na 119ª posição entre 132 países avaliados. O resultado do desenvolvimento humano nigeriano pela ótica do IDHAD está em queda, tendo em vista que em 2011 o país encontrava-se na posição 116 e em 2010 na posição 110. (PNUD, 2013)

Destarte, as altas taxas de crescimento do PIB nigeriano não estão sendo revertidas em melhorias significativas para o desenvolvimento humano do país, cujos indicadores demonstram aumento da pobreza, das desigualdades sociais e do desemprego e queda no Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado às Desigualdades. Ademais, a situação da educação e da saúde do país se mostra crítica, ao passo que o número de crianças fora da escola tem aumentado bastante e que a expectativa de vida, apesar de ter melhorado um pouco, ainda é muito baixa, refletindo a precariedade do sistema de saúde básica do país. Atribui-se como causa desse cenário de baixo desenvolvimento humano a má gestão das receitas oriundas do setor petrolífero por parte do governo nigeriano, que não reverte os gastos públicos em serviços sociais de maneira adequada.

Além disso, percebe-se que a Conta Federal, majoritariamente composta por petrodólares, financia com prioridade a participação do governo no custo de produção da NNPC bem como investe em novos projetos da estatal petrolífera. Em outras palavras, o

dinheiro proveniente da exploração e exportação do petróleo está sendo reinvestido no setor petrolífero. Relacionando à tese da “maldição do petróleo”, considera-se isso um exemplo de inversão de *accountability*. A partir da instalação das multinacionais, o governo passa a recolher delas parcela dos lucros das exportações, licenciamentos, arrendamentos e *royalties*, o que gera um grande acúmulo de receitas nos cofres públicos. Ao mesmo tempo, o regime de tributação deixa de ser a fonte de receita principal do governo, ficando, por vezes, de lado e esquecido. Como a tributação se torna desprezível em relação aos ganhos com a extração do petróleo, o governo federal parece menos obrigado a honrar seus compromissos de promover melhores serviços públicos à população, contribuindo para a piora do desenvolvimento humano (HUMPHREYS et al., 2007)

Em adição, a composição da Conta Federal pode representar um grande perigo para os estados que dependem de suas transferências. Ahmad e Singh (2003) estimam que uma retração de 10% no preço do petróleo causa 20% de flutuação nas receitas da Conta Federal, fato que impacta bastante no repasse de receitas para os estados, sobretudo para os produtores de petróleo, que recebem prioritariamente 13% das receitas. Por sua vez, estados cujas receitas são menos dependentes de receitas do petróleo são menos impactados. Desta forma, o os governos estaduais podem sofrer severas retrações em seus orçamentos, fato que deve diminuir os gastos sociais, agravando ainda mais a pobreza e as desigualdades sociais.

Ademais, os prioritários investimentos do governo federal no setor petrolífero faz com que menos receitas fluam para outros setores da economia, como agricultura, manufatura e extração de minerais sólidos. Apesar destes setores não estarem demonstrando sinais de Doença Holandesa, considera-se que estão sendo subaproveitados e se desenvolvendo abaixo de seu potencial produtivo. Estes setores são mais intensivos em mão de obra do que o setor petrolífero, que se caracteriza por ser capital-intensivo. Neste sentido, o setor que move a economia do país não tem gerado empregos suficientes para a população, colaborando, portanto, para o incremento da pobreza e a subsequente deterioração do desenvolvimento humano da sociedade nigeriana.

Conclui-se então que o crescimento nigeriano não tem gerado desenvolvimento humano equivalente. É, portanto, um crescimento econômico assimétrico, ou seja, que dificilmente se sustentaria ao longo prazo. A presença de uma sociedade com altos índices de desenvolvimento humano é de suma relevância para períodos de contração do crescimento econômico, como, por exemplo, em situações de baixa nos preços de petróleo. A capacidade humana, sobretudo viabilizada pela adoção de medidas que contornem a pobreza via o

fomento da educação e a saúde pública, possibilita a sociedade a produzir e inovar mais, permitindo, assim, um melhor enfrentamento de crises econômicas (RANIS, 2004).

Conclusão: O futuro do petróleo e a vulnerabilidade da economia nigeriana

Petro-Estados são mais vulneráveis a volatilidades, fator que pode desestabilizar a economia desses países de uma hora para a outra. A volatilidade pode ocorrer devido a variações no tempo de extração e de pagamento das petrolíferas ao Estado, bem como pela flutuação do preço internacional da *commodity*. Diante disso, a continuidade do crescimento econômico motivado por *booms* do petróleo e das receitas governamentais e gastos públicos por ele gerado sofrem com incertezas. (HUMPHREYS et al., 2007)

Como retratado ao longo deste trabalho, a economia e o governo da Nigéria são amplamente dependentes das receitas provenientes do setor petrolífero. Afirma-se que o acelerado crescimento do PIB nigeriano na última década é devido principalmente aos altos preços da *commodity* a partir de 2003 e à escolha dos EUA por diversificar suas importações do Oriente Médio. Neste sentido, é importante analisar o futuro do petróleo. Será que os preços continuarão altos nas próximas décadas, aumentando cada vez mais o PIB nigeriano? Caso contrário, quais seriam os efeitos de uma queda dos preços dessa *commodity* na Nigéria, país cujo alto crescimento econômico não tem se revertido em desenvolvimento humano para a sociedade?

Tendências atuais demonstram que o futuro do petróleo é incerto, pois novas fontes energéticas e novas tecnologias estão sendo desenvolvidas, oferecendo alternativas ao uso do petróleo, como é o caso do gás de xisto e a areia betuminosa. Novas reservas de petróleo também foram descobertas recentemente, fato que deve aumentar a oferta da *commodity* no mercado mundial nos próximos anos. Ressalta-se também as discussões acerca dos EUA se tornarem um dos maiores produtores de petróleo e gás de xisto do mundo, tornando-se, assim, autossuficiente em matéria de energia. (IKE; LEO, 2013). O Gráfico 3 no terceiro capítulo, por exemplo, demonstra que as importações de petróleo nigeriano pelos EUA estão em queda. Será isto um indício de que a *National Energy Policy* de 2001, após buscar diversificar as importações norte-americanas em um primeiro momento, está enfim rumando para o fim da dependência estrangeira?

Há anos a produção global de petróleo e gás natural é dominada pelo Oriente Médio, Rússia, países do Norte e Oeste da África, Américas do Sul e Central e Sudeste Asiático. No

entanto, o mapa de exploração destas *commodities* tem apresentado mudanças, na medida em que novas reservas, tanto de petróleo quanto de fontes alternativas, têm sido descobertas e que antigos fornecedores, que tiveram suas exportações de petróleo interrompidas ou minimizadas na década passada, estão retomando a sua exploração. Destaca-se o enorme potencial recém descoberto de areia betuminosa no Canadá; a crescente produção de gás de xisto nos EUA; as descobertas de grandes reservas terrestres de petróleo em Uganda, Quênia e Etiópia; as estimativas de que há enormes reservas marítimas de petróleo e gás natural na costa de Moçambique e Tanzânia; as vastas reservas de petróleo localizadas na camada pré-sal da costa do Brasil, cujos avanços tecnológicos da Petrobrás têm sinalizado que as extrações devem começar em breve (IKE; LEO, 2013). Soma-se a isso o interesse do novo presidente do Irã, Hassan Rouhani, em flexibilizar o diálogo com os EUA e a União Europeia sobre o projeto nuclear iraniano, com vista a finalizar o embargo econômico que há anos abala a exploração de petróleo no país. O Irã possuiu a quarta maior reserva mundial de petróleo e a segunda maior de gás natural e, segundo estimativas, a normalização de sua produção pode levar os preços do petróleo de volta ao patamar de 2002, quando o barril custava em torno de US\$ 20,00. Os conflitos na Líbia e Síria, que também colaboraram para o aumento dos preços do petróleo nos últimos anos, também não durarão para sempre, fato que deverá normalizar as suas explorações de ambos os países futuramente, colaborando para a queda dos preços (HUSSAIN, 2013).

A demanda por petróleo, por sua vez, deverá continuar em alta nos próximos anos, sobretudo motivada pelo desenvolvimento econômico da Índia e China. Estima-se que em 2030 esses dois países serão responsáveis por 94% do aumento da demanda mundial por petróleo e 30% pela demanda global de gás. Contudo, a EIA declarou que o Mar da China tem um grande potencial de hidrocarbonetos, com aproximadamente 60 a 100 milhões de barris de petróleo, mas que devido a disputas territoriais entre a República Popular da China e a Ilha de Taiwan continua inexplorado. Acredita-se que um futuro acordo entre as partes pode permitir o início das explorações, que poderão satisfazer boa parte do apetite asiático por energia nos próximos anos, desequilibrando o mercado internacional de petróleo. (IKE; LEO, 2013).

Além da queda dos preços do petróleo e da aparição de novos concorrentes no mercado global, a Nigéria pode sofrer com a perda de parceiros comerciais estratégicos para o seu crescimento. Com os EUA produzindo seu próprio petróleo e desenvolvendo seu potencial de produção de energia a partir do gás de xisto, a Nigéria deve perder seu principal parceiro comercial, tendo em vista que em 2011 95,3% das importações norte-americanas provenientes da Nigéria eram de petróleo bruto. A exploração do pré-sal brasileiro nos

próximos anos deve também diminuir as importações brasileiras de petróleo. Desde 2003, com exceção aos anos de 2006 e 2007, o Brasil é o terceiro maior destino das exportações nigerianas, contudo, assim como nos EUA, 98,8% delas são compostas por petróleo. (UNCOMTRADE, 2012)

Apesar de a estrutura econômica ter demonstrado sinais de diversificação nos últimos anos, descartando a hipótese de que a Doença Holandesa estaria novamente atacando o país, os setores agrícola, terciário e manufatureiro não são capazes de sustentar a economia e o governo nigeriano. 84% das exportações nigerianas são de petróleo e gás natural e 75,32% das receitas governamentais da Conta Federal são compostas por petrodólares. Diante disso, a continuidade do crescimento econômico nigeriano e das receitas governamentais e gastos públicos alavancados pela entrada de petrodólares no país são incertas. A economia nigeriana cresce de maneira ociosa e ancorada em um setor capital-intensivo, que não cria empregos, não desenvolve setores industriais correlatos e destrói o meio ambiente em regiões próximas aos locais de extração.

Os grandes fluxos de entrada de receitas do petróleo na economia do país não foram devidamente alocados em gastos em prol da melhoria da condição de vida da população. Paradoxalmente, observou-se no período o aumento da pobreza, desigualdades sociais e desemprego em todo o país. A prestação de serviços públicos essenciais para a solução destes problemas, como educação e saúde, também tem se mostrada precária. Este cenário, todavia, pode piorar com a queda dos preços do petróleo. De acordo com Ahmad e Singh (2003), a composição e forma pela qual a Conta Federal é distribuída deixam os gastos públicos estaduais em serviços sociais extremamente entrelaçados às receitas do petróleo. Por mais que estes gastos sejam insuficientes para solucionar a pobreza e desigualdades sociais do país, a queda dos preços do petróleo culminará em sua diminuição, colaborando para o agravamento do desenvolvimento humano da sociedade nigeriana.

Não bastasse tudo isso, como destacado no segundo capítulo, a extração de petróleo tem causado danos ambientais nas regiões produtoras do Delta do Níger, impactando o desenvolvimento humano das comunidades que lá vivem são enormes, colaborando para o aumento da pobreza e desemprego. (CLARK et al, 1999) A frustração acerca da população ser tão pobre, mesmo morando num lugar tão rico em petróleo, tem deflagrado conflitos sociais violentos, com destaque para os proferidos pelo MEND (WATTS, 2008). A pobreza e desemprego também podem ser entendidos como catalisadoras das atividades da facção armada religiosa *Boko Haram*, que tem disseminado o terror contra cristãos no Norte do país

(ROGERS, 2012). Possivelmente, a piora dos indicadores sociais abordados ao longo deste trabalho deve acirrar ainda mais estes conflitos.

Neste sentido, o crescimento econômico nigeriano vai contra os argumentos sobre sustentabilidade postulados por Stiglitz et al, 2009. Para esses autores, sustentabilidade é um conceito que por definição possui uma dimensão de durabilidade e estabilidade a longo prazo. É a capacidade de administrar a economia de forma que as gerações futuras possam ter padrões de qualidade de vida no mínimo iguais aos de hoje em dia. Isso depende da capacidade das economias atuais reverterem os ganhos de seus crescimentos em termos de PIB em benefícios necessários para a perpetuação do bem-estar social, bem como do uso consciente dos recursos naturais e das condições de meio ambiente, fatores estes que devem ser melhores observados pelo governo da Nigéria.

O cenário para os próximos anos, portanto, não é muito otimista para o crescimento econômico da Nigéria, que tem se demonstrado vulnerável. Além de possuir uma economia pouco diversificada e incapaz de sustentar a entrada de receitas estrangeiras no país na mesma medida que o setor petrolífero, o subdesenvolvimento da população impossibilita a sociedade a produzir e inovar mais para assim poder enfrentar uma possível crise econômica motivada pela queda dos preços do petróleo.

Referências bibliográficas:

AFRICAN DEVELOPMENT BANK (AfDB). **Federal Republic of Nigeria Country Strategy Paper 2013-2017**. 2013. Disponível em: <http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Project-and-Operations/Nigeria%20-%202013-2017%20-%20Country%20Strategy%20Paper.pdf>. Acessado em: 09/12/2013.

AHMAN, Ehtisham; SINGH, Raju. Political Economy of Oil-Revenue Sharing in a Developing Country: Illustrations from Nigeria. In: **IMF Working Paper WP/03/16**, 2003. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/cat/longres.cfm?sk=15955.0>. Acessado em: 10/12/2013

AIYEDE, Remi. The Dynamics of Civil Society and the Democratization Process in Nigeria. In: **Canadian Journal of African Studies**, Vol.37, No. 1, pp. 1-27, 2003. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4107362> .Acessado em: 24/11/2013

AIYEDOGBON, John; OHWOFASA, Bright. Poverty and Youth Unemployment in Nigeria, 1987-2011. In: **International Journal of Business and Social Science**, Vol., nº 20, out. 2012. Disponível em: http://ijbssnet.com/journals/Vol_3_No_20_Special_Issue_October_2012/30.pdf. Acessado em: 10/12/2013

AKINWALE, Y. O.; OLAOPA, O.R.; OGUNDARI, I.; SIYANBOLA ,W.O. Political Economy of Phasing out Fuel Subsidy in Nigeria. In: **Scientific and Academic Publishing Online**. Obafemi Awolowo University, Ile-Ife, Nigeria, 2013. Disponível em: <http://article.sapub.org/10.5923.j.ep.20130304.01.html>. Acessado em: 09/12/2013

ANAND, Sudhir; SEN, Amartya. Human Development and Economic Sustainability. In: **World Development**, Vol. 28, No. 12, pp. 2029-2049. Reino Unido: Elsevier Science, 2000. Disponível em: <http://www2.econ.iastate.edu/classes/tsc220/hallam/Readings/AnandSenHumanDevelopmentEconomicSustainability.pdf>. Acessado em: 09/12/2013.

AUTY, Richard. **Sustaining Development in Mineral Economies: The Resource Curse** Thesis. London: Routledge, 1993.

BANCO MUNDIAL. **Nigeria Data**. Disponível em: <http://data.worldbank.org/country/nigeria> Acessado em 10/12/2013

BGL RESEARCH & INTELIGENCE. **The Nigeria's Paradox of Growth amidst high Poverty Incidence**. 2012. Disponível em: <http://research.bglgroupng.com/Documents/EconomicNote/ECONOMIC%20NOTE%20-nigeria's%20Paradox%20of%20Growth%20amidst%20high%20incidence%20of%20Poverty.pdf>. Acessado em: 09/12/2013

BUITER, Willen. Global growth generators: Moving beyond emerging markets and BRICs. In: **CEPR Policy Insight**, No. 55, Abr. 2011. Disponível em: <http://www.willembuiter.com/3Glite.pdf>. Acessado em: 09/12/2013

BULTE, Erwin; DAMANIA, Richard; DEACON, Robert. Resource Intensity, Institutions, and Development. In: **World Development** Vol. 33, No. 7, 2005. pp. 1029–1044. Disponível em: <http://are.berkeley.edu/courses/EEP131/fall2006/Bulteetal.pdf>. Acessado em: 10/12/2013

BUSARI, Stephanie. What's behind Nigeria fuel protests? In: **CNN Online**, 13 jan 2012. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2012/01/06/world/africa/nigeria-fuel-protest-explained/>. Acessado em: 09/12/2013

CASTELLS, Manuel. Nigéria: petróleo, etnia e predação militar. In: CASTELLS, Manuel. **Fim de Milênio – Tempo de Mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. Volume 3, Capítulo 2, pp. 126-130.

CENTRAL BANK OF NIGERIA (CBN). 2012 Statistical Bulletin. Abuja, 2012. <http://www.cenbank.org/documents/Statbulletin.asp>. Acessado em: 10/12/2013

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). **The World Factbook – Nigeria. 2013**. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ni.html>. Acessado em: 10/12/2013

CLARK, Henry; GREENO, Eowyn; LIVOTI, Laura; TURNER, Walter; QUARTO, Alfredo; RICHARD, Margie; TATE, Umar; WILSON, Monica; WYSHAM, Daphne. **Oil for Nothing: Multinational Corporations, Environmental Destruction, Death and Impunity in the Niger Delta**. 1999. Disponível em: http://www.essentialaction.org/shell/Final_Report.pdf Acessado em: 09/12/2013

CORDEN, W.M.; NEARY, J.P. Booming Sector and De-Industrialisation in a Small Open Economy. In: **The Economy Journal**, 1982. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2232670>. Acessado em: 10/12/2003

COUNCIL OF FOREIGN RELATIONS (CFR). More Than Humanitarianism: A Strategic U.S. Approach Toward Africa. In: **Independent Task Force Report No. 56**. New York,

2005. Disponível em: <http://www.cfr.org/world/more-than-humanitarianism/p9302>. Acessado em: 09/12/2013.

DAMU, Jean; BACON, David. Oil Rules Nigeria. In: **The Black Scholar**, Vol. 26, No 1, 1996. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/41068629>. Acessado em: 16/10/2013.

DEMACHI, Kazue. The effect of crude oil price change and volatility on Nigerian economy. In: **MPRA Paper No. 41413**, set. 2012. Disponível em: <http://mpa.ub.uni-muenchen.de/41413/>. Acessado em: 9/12/2013

ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION (EIA). **Annual Energy Outlook 2012 with Projections to 2035**. U.S. Department of Energy, Washington, DC, 2012. Disponível em: [http://www.eia.gov/forecasts/aeo/pdf/0383\(2012\).pdf](http://www.eia.gov/forecasts/aeo/pdf/0383(2012).pdf). Acessado em: 10/12/2013.

ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION (EIA). STEO Supplement: Why are oil prices so high? In: **Short Term Energy Outlook**, 2006. Disponível em: <http://www.eia.gov/forecasts/steo/special/pdf/high-oil-price.pdf>. Acessado em: 04/12/2013.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). **Nigeria and the IMF**. 2013. Disponível em: <http://www.imf.org/external/country/NGA/>. Acessado em: 09/12/2013

GARCIA, Rose Mary; KOHL, Richard; RUENGSORN, Ann; ZISLIN, Julia. **Nigeria: Economic Performance Assessment**. Washington, DC: United States Agency for International Development (USAID), 2006. Disponível em: http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PNADF350.pdf. Acessado em: 09/12/2013

GOLDMAN SACHS. **Beyond the BRICs: A Look at the 'Next 11'**. Abr. 2007. Disponível em: <http://www.goldmansachs.com/our-thinking/archive/archive-pdfs/brics-book/brics-chap-13.pdf>. Acessado em: 09/10/2013

GYLFASON, Thorvaldur. Natural Resource, education, and economic development. In: **European Economic Review**, vol. 45, 2000. Disponível em: <http://ideas.repec.org/p/cpr/ceprdp/2594.html>. Acessado em: 10/12/2013

HERSKOVITS, Jean. Nigeria's Rigged Democracy. In: **Foreign Affairs**, Vol. 86, No. 4, julho 2007, pp. 115-130. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20032419>. Acessado em: 24/11/2013.

HUMPHREYS, Macartan. Natural Resources, Conflict, and Conflict Resolution. In: **Journal of Conflict Resolution**, Vol. 49, No.4, ago. 2005. Disponível em:

http://www.columbia.edu/~mh2245/papers1/MH8JCR05_paper.pdf. Acessado em: 10/12/2013.

HUMPHREYS, Macartan; SACHS, Jeffrey; STIGLITZ, Joseph. **Escaping the resource curse**. New York: Columbia University Press, 2007

HUSSAIN, Yadullah. Iran's return to the oil market could send prices diving. In: **Financial Post Online**, 26/09/2013. Disponível em: http://business.financialpost.com/2013/09/26/irans-return-to-the-oil-market-could-send-prices-diving/?_lsa=6d57-2b58. Acessado em: 09/12/2013.

IKE, I. A.; LEO, M. The Changing Face of Global Oil and Gas Production and its Implication on Nigeria. In: **Society of Petroleum Producers Paper 167524**, 30 jul.-1 ago. 2013. Lagos, 2013. Disponível em: <http://www.onepetro.org/mslib/servlet/onepetropreview?id=SPE-167524-MS>. Acessado em: 26/11/2013

KARL, Terry Linn. The Perils of the Petro-State: Reflections on the Paradox of Plenty. In: **Journal of International Affairs**, Fall 1999, vol. 53, No. 1. New York: Columbia University Press, 1999. Disponível em: <https://woc.uc.pt/feuc/course/MRI/2007-2008/Karl%20-%20The%20perils%20of%20the%20petro-state.pdf>. Acessado em: 10/13/2013

KIRK-GREEN, A.H.M. Genesis of the Nigerian Civil War In: **Scandinavian Institute of African Affairs Report No. 27**. Upsala, 1975. Disponível em: http://mercury.ethz.ch/serviceengine/Files/ISN/97133/ipublicationdocument_singledocument/54783669-d417-44cf-802b-5b055acc89ad/en/27.pdf. Acessado em: 09/12/2013.

KLARE, Michael. The Bush/Cheney Energy Strategy: Implications For U.S. Foreign and Military Policy. In: **Second Annual Meeting of the Association for Study of Peak Oil Paris**, 2003, França. Disponível em: <http://www.informationclearinghouse.info/article4458.htm>. Acessado em: 09/12/2013.

LEITE, Carlos; WEIDMANN, Jens. Does Mother Nature Corrupt? Natural Resources, Corruption, and Economic Growth. In: **IMF Working Paper WP/99/85**, 1999. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/1999/wp9985.pdf>. Acessado em: 10/12/2013

LEWIS, PETER. Nigeria: Assessing Risks to Stability In. CSIS. **Stress Testing African States**. Jun 30, 2011. Disponível em: http://csis.org/files/publication/110623_Lewis_Nigeria_Web.pdf. Acessado em: 09/12/2013.

LEWIS, Peter. The Dysfunctional State of Nigeria. In: BIRSDALL, Nancy; VAISHNAV, Milan; AYRES, Robert. **Short of the Goal: U.S. Policy and Poorly Performing States**. Washington, DC: Center for Global Development, 2006. Disponível em: <http://www.cgdev.org/doc/shortofthegoal/chap3.pdf>. Acessado em: 10/12/2013

MÄHLER, Annegret. Nigeria: A Prime Example of the Resource Curse? Revisiting the Oil-Violence Link in the Niger Delta. In: **GIGA WP 120/2010**. 2010 Disponível em: http://www.giga-hamburg.de/de/system/files/publications/wp120_maehler.pdf. Acessado em: 10/12/2013.

MURITALA, Taiwo; TAIWO, Abayomi. Government expenditure and economic development: empirical evidence from Nigeria. In: **MPRA Paper No. 37293**, mar. 2012. Disponível em: <http://mpra.ub.uni-muenchen.de/37293>. Acessado em: 09/12/2013

MUSA, Yusufu. **Structural Adjustment Programme (SAP) And The Nigerian Economy And Society**. 1998. p.130. Dissertação de Mestrado em Ciência Política – Ahmadu Bello University, Zaria, Nigeria, 1998.

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS. **Press Briefing on Nigeria Poverty Profile 2010 Report**. Abuja, 2012. Disponível em: <http://www.resourcedat.com.ng/resources/The-Nigerian-Poverty-Profile1.pdf>. Acessado em: 10/12/2013.

NIGERIA NATIONAL PETROLEUM CORPORATION (NNPC). **2012 Annual Statistical Bulletin**. Abuja, 2012. Disponível em: <http://www.nnpcgroup.com/PublicRelations/OilandGasStatistics/AnnualStatisticsBulletin.aspx>. Acessado em: 10/12/2013.

NURUDEEN, Abu; USMAN, Abdullahi. Government Expenditure And Economic Growth In Nigeria, 1970-2008: A Disaggregated Analysis. In: **Business and Economics Journal**, Vol. 2010:BEJ-4, jun. 2010. Disponível em: <http://astonjournals.com/bej>. Acessado em: 9/12/2013

O'NEILL, Jim. Who You Calling a BRIC? In: **Bloomberg Online**, 12 nov. 2013. Disponível em: <http://www.bloomberg.com/news/2013-11-12/who-you-calling-a-bric-.html>. Acessado em: 09/12/2013.

OLUSI, J.O.; OLAGUNJU, M.A. The Primary Sectors of the Economy and the Dutch Disease in Nigeria. In: **The Pakistan Development Review**, vol. 44, No. 2, pp. 159-175, 2005. Disponível em: <http://www.pide.org.pk/pdr/index.php/pdr/article/viewFile/2061/2034>. Acessado em: 09/12/2013

OMOSEWO, E.; OLORUNDARE, A.S.; ABIMBOLA, I.O.; UPAHI, J.E. The Needed Resources For UBE and STM Education in Nigeria. In: **European Scientific Journal**, June edition, vol. 8, No. 13, 2009. Disponível em: <http://eujournal.org/index.php/esj/article/view/207>. Acessado em: 10/12/2013.

ORGANIZAÇÃO DOS PAÍSES EXPORTADORES DE PETRÓLEO (OPEP). **Annual Statistical Bulletin 2013**. Viena, 2013. Disponível em: http://www.opec.org/opec_web/static_files_project/media/downloads/publications/ASB2013.pdf. Acessado em: 09/12/2013

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC). **Trade Policy Review: Nigeria**. Genebra, 2011. Disponível em: http://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/tp347_e.htm. Acessado em: 09/12/2013.

OYEJIDE, Ademola. **The effect of trade and Exchange rate policies on agriculture in Nigeria**. International Food Policy Research Institute, 1986. Disponível em: <http://www.ifpri.org/sites/default/files/pubs/pubs/abstract/55/rr55.pdf>. Acessado: 10/12/2013.

OYESANMI, Taiwo. **Investigating Dutch Disease: The Case of Nigeria**. 1998. p.130. Dissertação de Mestrado em Ciências Econômicas – Eastern Mediterranean University, Gazimağusa, North Cyprus, 2011. Disponível em: <http://irep.emu.edu.tr:8080/jspui/bitstream/11129/165/1/oyesanmi.pdf>. Acessado em: 09/10/2013

PARIS CLUB. **Paris Club agrees on a comprehensive treatment of Nigeria's debt**. Out. 2005. Disponível em: <http://www.clubdeparis.org/sections/communication/archives-2005/nigeria9937/switchLanguage/en> Acessado em: 09/12/2013

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Conflict Prevention in Resource-Rich Economies**. New York, 2011. Disponível em: <http://www.un.org/en/land-natural-resources-conflict/pdfs/Conflict%20prevention.pdf>. Acessado em: 10/12/13

_____. **2013 Human Development Report**. New York, 2013. Disponível em: <http://www.undp.org/content/dam/undp/library/corporate/HDR/2013GlobalHDR/English/HD R2013%20Report%20English.pdf>. Acessado em 10/12/2013

RANIS, Gustav. Human Development and Economic Growth. In: **Center Discussion Paper No. 887**. New Haven: Yale University, 2004. Disponível em: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=551662. Acessado em: 09/13/2013.

ROGERS, Paul. Nigeria: The Generic Context Of The Boko Haram Violence. In: OXFORD RESEARCH. **Monthly Global Security Briefing**, 30 abr. 2012. Disponível em: http://www.oxfordresearchgroup.org.uk/publications/middle_east/nigeria_generic_context_boko_haram_violence. Acessado em: 09/12/2013.

ROSS, Michael. Does Oil Hinder Democracy? In: **World Politics** 53, abr. 2001, p. 325-361. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/25054153>. Acessado em: 10/12/2013

_____. Nigeria's Oil Sector and the Poor. In: DFID. **Nigeria: Drivers of Change Program**. London, 2003. Disponível em: <http://www.sscnet.ucla.edu/polisci/faculty/ross/NigeriaOil.pdf>. Acessado em: 10/12/2013

SACHS, Jeffrey; WARNER, Andrew. Natural resource abundance and economic growth. In: **National Bureau of Economic Research Working Paper 5398**. Cambridge, 1995. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w5398>. Acessado em: 10/12/2013

SALA-I-MARTIN, Xavier; SUBRAMANIAN, Arvind. Addressing the Natural Resource Curse: An Illustration from Nigeria. In: **IMF Working Paper WP/03/139**, 2003. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w9804>. Acessado em: 10/12/2013

SIOLLUN, Max. **Oil, Politics and Violence: Nigeria's Military Coup Culture (1966-1976)**. New York: Algora, 2009.

SMITH, Colin. Nigeria: Corruption & Petroleum. In: **AFS 3301**, mar. 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/2077752/Nigeria_Corruption_and_Petroleum. Acessado em 16/10/2013.

SÖDERBOM, Måns; TEAL, Francis. **The Performance of Nigerian Manufacturing Firms: Report on the Nigerian Manufacturing Enterprise Survey 2001**. University of Oxford, 2002. Disponível em: http://www.unido.org/fileadmin/user_media/Publications/Pub_free/The_performance_of_Nigerian_manufacturing_firms.pdf. Acessado em: 09/12/2013

STIGLITZ, Joseph; SEN, Amartya; FITOUSSI, Jean.-Paul. **Report by the commission on the measurement of economic performance and social progress**. Paris, 2009. Disponível em: <http://www.stiglitzsen-fitoussi.fr/en/index.htm>. Acessado em: 09/12/2013

UKO, Anthony. Nigeria May Overtake South Africa As Africa's Largest Economy in Two Years. In: **All Africa Online**, 13 nov. 2013. Disponível em: http://allafrica.com/stories/201311130241.html?aa_source=slideout. Acessado em: 10/12/2013.

UMAR, Habibu; UMAR, Musa. An Assessment of the Direct Welfare Impact of Fuel Subsidy Reform in Nigeria. In: **American Journal of Economics**, 2013. Disponível em: <http://article.sapub.org/10.5923.j.economics.20130301.05.html>. Acessado em: 10/12/2013.

UNITED NATIONS COMMODITY TRADE (UNCOMTRADE). **Data for Nigeria**. 2012. Disponível em: <http://comtrade.un.org/db/mr/daPubNoteDetail.aspx?r=566>. Acessado em: 09/10/2013

UNITED NATIONS INDUSTRIAL DEVELOPMENT ORGANIZATION (UNIDO). **Independent UNIDO Country Evaluation: Federal Republic of Nigeria**. Disponível em: http://www.unido.org/fileadmin/user_media/About_UNIDO/Evaluation/Country_Reports/Nigeria_E-Book.pdf. Acessado em: 10/12/2013.

WATTS, Michael. Imperial Oil: The Anatomy of Nigerian Oil Insurgency. In: **Erkunde**, Bd. 62, jan.-mar. 2008, pp. 27-39. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/25648082>. Acessado em: 9/12/2013